



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**Conselho Superior**

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: [reitoria@ifsuldeminas.edu.br](mailto:reitoria@ifsuldeminas.edu.br)

## **RESOLUÇÃO Nº 067/2014, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014**

*Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico e da criação do Curso Técnico em Orientação Comunitária Integrado ao Ensino Médio - Proeja - Câmpus Passos.*

O Reitor Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelos Decretos de 12 de agosto de 2014, DOU nº 154/2014 – seção 2, página 2 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 09 de setembro de 2014, **RESOLVE:**

Art. 1º – **Aprovar** o Projeto Pedagógico e **criar** o Curso **Técnico em Orientação Comunitária Integrado ao Ensino Médio - Proeja**. O curso terá periodicidade letiva anual, com carga horária total de 2.400 horas. O curso ofertará 35 vagas anuais no período noturno; e será realizado pelo IFSULDEMINAS, Câmpus Passos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 09 de setembro de 2014.

**Marcelo Bregagnoli**  
**Presidente do Conselho Superior**  
**IFSULDEMINAS**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO  
EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA  
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO - PROEJA**

**PASSOS - MG**

**2014**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Dilma Vana Rousseff

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

Henrique Paim

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Aléssio Trindade de Barros

**REITOR DO IFSULDEMINAS**

Marcelo Bregagnoli

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

José Mauro Costa Monteiro

**PRÓ-REITOR DE ENSINO**

Carlos Alberto Machado Carvalho

**PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Sérgio Pedini

**PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO**

José Luiz de Andrade Rezende Pereira

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

Cléber Ávila Barbosa

## CONSELHO SUPERIOR

### PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO IFSULDEMINAS

Reitor Marcelo Bregagnoli

### REPRESENTANTES SETEC/MEC

Paulo Rogério Araújo Guimarães e Marcelo Machado Feres

### REPRESENTANTES SERVIDORES DOCENTES

Lidiane Teixeira Xavier e João Paulo Lopes

Letícia Sepini Batista e Luciano Pereira Carvalho

Evane da Silva e Raul Henrique Sartori

Beatriz Glória Campos Lago e Renê Hamilton Dini Filho

Flávio Santos Freitas e Rodrigo Lício Ortolan

Marco Aurélio Nicolato Peixoto e Ricardo Aparecido Avelino

### REPRESENTANTES CORPO DISCENTE

Arthur Dantas Rocha e Douglas Montanheiro Costa

Adriano Viana e Luis Gustavo Alves Campos

Washington Bruno Silva Pereira e João Mario Andreazzi Andrade

Washington dos Reis e Talita Maiara Silva Ribeiro

João Paulo Teixeira e Pedro Brandão Loro

Guilherme Vilhena Vilasboas e Samuel Artigas Borges

### REPRESENTANTES SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Eustáchio Carneiro e Marcos Roberto dos Santos

Antônio Marcos de Lima e Alan Andrade Mesquita

Lucinei Henrique de Castro e Sandro de Soares de Penha

Clayton Silva Mendes e Filipe Thiago Vasconcelos Vieira

Nelson de Lima Damião e Anderson Luiz de Souza

Xenia Souza Araújo e Sueli do Carmo Oliveira

#### REPRESENTANTES EGRESSOS

Renan Andrade Pereira e Leonardo de Alcântara Moreira  
Christoffer Carvalho Vitor e Aryovaldo Magalhães D'Andra Junior  
Adolfo Luis de Carvalho e Jorge Vanderlei Silva  
Wilson Borges Bárbara e Lucia Maria Batista  
Márcia Scodeler e Silma Regina de Santana

#### REPRESENTANTES ENTIDADES PATRONAIS

Neusa Maria Arruda e Rodrigo Moura  
Antônio Carlos Oliveira Martins e Jorge Florencio Ribeiro Neto

#### REPRESENTANTES ENTIDADES TRABALHADORES

Vilson Luis da Silva e José de Oliveira Ruela  
Célio Antônio Leite e Idair Ribeiro

#### REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO OU ESTATAIS

Pedro Paulo de Oliveira Fagundes e Jésus de Souza Pagliarini  
Murilo de Albuquerque Regina e Joaquim Gonçalves de Pádua

#### REPRESENTANTES DIRETORES GERAIS DOS CAMPI

Luiz Carlos Machado Rodrigues e Miguel Angel Isaac Toledo del Pino  
Carlos Henrique Rodrigues Reinato e João Paulo de Toledo Gomes  
Josué Lopes e Marcelo Carvalho Bottazzini

## **DIRETORES DE CÂMPUS**

**Câmpus INCONFIDENTES**

Miguel Angel Isaac Toledo del Pino

**Câmpus MACHADO**

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

**Câmpus MUZAMBINHO**

Luiz Carlos Machado Rodrigues

**Câmpus POÇOS DE CALDAS**

Josué Lopes

**Câmpus POUSO ALEGRE**

Marcelo Carvalho Bottazzini

**Câmpus PASSOS**

João Paulo de Toledo Gomes

**Câmpus Avançado TRÊS CORAÇÕES**

Francisco Vítor de Paula

**Câmpus Avançado CARMO DE MINAS**

Francisco Vítor de Paula

**COORDENADOR DO CURSO**

Luís Henrique da Silva Novais

**EQUIPE ORGANIZADORA**

**DOCENTES**

Luís Henrique da Silva Novais

Carolina Cau Spósito

Bruno Ferreira Alves

Thomé Simpliciano Almeida

Lidervan de Paula Melo

Wanderson Lopes Lamounier

Rildo Borges Duarte

Renê Hamilton Dini Filho

Juliana Gines Bortoletto

Wagner Edson Farias dos Santos

Nayara Silva de Noronha

Janaína Faustino Leite

Mariana Eliane Teixeira

Andrea Cristina Alves

Juliano de Souza Caliar

**TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS**

Anita Pereira Ferraz

Antoniette Camargo de Oliveira

Gabriela Rocha Guimarães

Laura Rodrigues Paim Pamplona

Luís Gustavo de Andrade Fagioli

Vera Lúcia Santos Oliveira

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – IFSULDEMINAS – Reitoria e SETEC.....	11
<b>Quadro 02</b> – IFSULDEMINAS – Câmpus Passos.....	11
<b>Quadro 03</b> – Corpo Docente.....	15
<b>Quadro 04</b> – Corpo Técnico Administrativo.....	16
<b>Quadro 05</b> – Matriz Curricular .....	30
<b>Quadro 06</b> – Resumo de critérios para efeito de aprovação nos Cursos Técnicos Integrados do IFSULDEMINAS .....	57

## SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL .....	10
1.1. Histórico do IFSULDEMINAS .....	10
1.2. IFSULDEMINAS – Reitoria e SETEC (Quadro 01).....	11
1.3. IFSULDEMINAS – Câmpus Passos (Quadro 02).....	11
1.4. Histórico do Câmpus Passos.....	12
1.5. Corpo Docente (Quadro 03) .....	15
1.6. Corpo Técnico Administrativo (Quadro 04).....	16
1.7. Representação Estudantil.....	17
1.8. Apoio ao Discente .....	17
2. APRESENTAÇÃO DO CURSO E JUSTIFICATIVA.....	19
3. OBJETIVOS .....	24
3.1. Objetivos Gerais.....	24
3.2. Objetivos Específicos .....	24
4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO .....	25
5. PERFIL DO EGRESSO .....	26
5.1. Competências.....	26
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO .....	27
6.1. A Estrutura Curricular .....	28
6.2 Matriz Curricular (Quadro 05).....	30
6.3. Ementário.....	31
6.4. Atividades Complementares .....	51
6.5. TCC: Trabalho de Conclusão de Curso.....	51
6.6. Prática profissional.....	52
6.7. Diretrizes Curriculares e Procedimentos Pedagógicos.....	53
7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	54

7.1. Da Frequência .....	55
7.2. Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação .....	56
7.3. Do Conselho de Classe.....	59
7.4. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular .....	59
8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	62
9. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS .....	63
9.1. Infraestrutura Física.....	63
9.2 Biblioteca.....	65
10. CERTIFICADOS E DIPLOMAS .....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

## **1. IDENTIFICAÇÃO GERAL**

### **1.1. Histórico do IFSULDEMINAS**

Em 2008, através da Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, foi instituída e criado, respectivamente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais. Por meio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 31 (trinta e um) Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 (setenta e cinco) Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 (trinta e nove) Escolas Agrotécnicas, 7 (sete) Escolas Técnicas Federais e 8 (oito) escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Sul de Minas, as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de Ensino Médio e Técnico, passaram a fazer parte do então criado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

Hoje o IFSULDEMINAS oferece Cursos de Ensino Médio integrado, Técnico, Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciatura, Bacharelado, Pós-graduação, todos na forma presencial e Cursos Técnicos na modalidade de educação a distância. Sua missão é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais".

O IFSULDEMINAS, atualmente, é composto pelos Câmpus de Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre. Integra o IFSULDEMINAS, também, os Câmpus Avançados de Três Corações e Carmo de Minas, além dos Polos de Rede de Cambuquira, Caxambu, Itanhandu e São Lourenço. A Reitoria, sediada em Pouso Alegre, interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos câmpus.

<b>1.2. IFSULDEMINAS – Reitoria e SETEC (Quadro 01)</b>	
<b>Nome do Instituto</b>	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
<b>CNPJ</b>	10.648.539/0001-05
<b>Nome do Dirigente</b>	Marcelo Bregagnoli
<b>Endereço do Instituto</b>	Rua Ciomara Amaral de Paula, 167
<b>Bairro</b>	Medicina
<b>Cidade</b>	Pouso Alegre
<b>UF</b>	Minas Gerais
<b>CEP</b>	37550-000
<b>DDD/Telefone</b>	(35)3449-6150
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:reitoria@ifsuldeminas.edu.br">reitoria@ifsuldeminas.edu.br</a>
<b>Entidade Mantenedora</b>	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica–SETEC
<b>CNPJ</b>	00.394.445/0532-13
<b>Nome do Dirigente</b>	Marco Antonio de Oliveira
<b>Endereço da Entidade Mantenedora</b>	Esplanada dos Ministérios Bloco 1, 4º andar – Ed. sede
<b>Bairro</b>	Asa Norte
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>UF</b>	Distrito Federal
<b>CEP</b>	70047-902
<b>DDD/Telefone</b>	(61) 2022-8597
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:setec@mec.gov.br">setec@mec.gov.br</a>

<b>1.3. IFSULDEMINAS – Câmpus Passos (Quadro 02)</b>					
<b>Nome do Local de Oferta</b>					<b>CNPJ</b>
<b>Instituto Federal do Sul de Minas Gerais - Câmpus Passos</b>					<b>10.648.539/0001-05</b>
<b>Nome do Dirigente</b>					
<b>João Paulo de Toledo Gomes</b>					
<b>Endereço do Instituto</b>					<b>Bairro</b>
<b>Rua Mário Ribola - nº 409</b>					<b>Penha II</b>
<b>Cidade</b>	<b>UF</b>	<b>CEP</b>	<b>DDD/Telefone</b>	<b>DDD/Fax</b>	<b>E-mail</b>
<b>Passos</b>	<b>MG</b>	<b>37903-358</b>	<b>(35)35264856</b>	<b>-</b>	<b><a href="mailto:passos@ifsuldeminas.edu.br">passos@ifsuldeminas.edu.br</a></b>

#### **1.4. Histórico do Câmpus Passos**

O Câmpus Passos surgiu após o convênio entre a Prefeitura Municipal de Passos e o IFSULDEMINAS - Câmpus Muzambinho, como Polo de Rede Passos em 2010. O primeiro processo seletivo ocorreu em 26 de junho de 2010, as aulas tiveram início em nove de agosto do mesmo ano. No final deste ano, chegaram os primeiros servidores.

Em 2011, foram nomeados os primeiros docentes efetivos para atuar no recém-criado Câmpus Avançado de Passos. Neste mesmo ano, esta unidade do IFSULDEMINAS estava em processo de transformação definitiva para Câmpus. Com a realização da audiência pública, em maio de 2011, para verificar a demanda de cursos para serem ofertados nesta instituição e também com a doação de um terreno de mais de 10 mil metros quadrados, pela prefeitura municipal, foi garantida a implantação do Instituto Federal em Passos. Em 2012, chegaram novos professores para atuarem nos cursos criados a partir da audiência pública realizada e para dar continuidade nos cursos em andamento. Foi aprovado pelo Conselho Superior o organograma do Câmpus, definindo a sua estrutura organizacional, para alavancar o desenvolvimento do mesmo.

Em meados de julho de 2012, o Câmpus Passos recebeu a portaria de funcionamento, publicada pelo MEC, no Diário Oficial da União. Já no final desse mesmo ano, aconteceram dois fatos históricos marcantes para a instituição: a inauguração do Câmpus pela Presidente Dilma em Brasília, junto com outras 34 unidades dos institutos federais espalhados no Brasil, e a aquisição da área anexa (mais de 10.000m<sup>2</sup>), onde funciona atualmente o setor administrativo e onde acontece a construção do Restaurante Universitário para atender especialmente aos estudantes do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio.

No decorrer de 2013 e início de 2014, o Câmpus recebeu novos profissionais. Foi entregue a comunidade o novo espaço exclusivo para a Biblioteca, com uma área ampla para leitura, estudo, acervo, salas para estudos em grupo, computadores com acesso a internet para pesquisa e acesso a periódicos. Novos laboratórios e equipamentos para os mesmos, além de alguns móveis e equipamentos para a infraestrutura geral do câmpus. Iniciou-se a construção de um prédio pedagógico com 18 salas de aulas e do restaurante universitário. O prédio pedagógico encontra-se em adiantada fase de construção e as obras do restaurante já foram concluídas. Foi fundado o primeiro grêmio estudantil, o Grêmio Estudantil Nova Etapa - GENE, com objetivo de representar o movimento estudantil do câmpus. No mês de agosto do corrente ano, o câmpus recebeu um ônibus para realização de visitas técnicas e demais viagens de cunho educacional, a fim de agregar e aprimorar os conhecimentos dos discentes.

Ainda nesse período o Câmpus Passos abriu aproximadamente 1500 vagas, nos dois semestres, para cursos diversos de Formação Inicial e Continuada – FIC, pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, no Câmpus Passos e nas Unidades Remotas de São Sebastião do Paraíso, Guardinha e Termópolis, e também para cursos FIC Institucional, para atender a demanda da região na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

Em termos de acessibilidade, o Câmpus Passos do IFSULDEMINAS está embasado no Decreto 5.296 de dezembro de 2004 (além do previsto na N° Lei 10.690, de 16 de junho de 2003), o qual menciona em seu Capítulo III, art. 8º, para os fins de acessibilidade, que:

I-acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;  
II-barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Desta forma, o Câmpus Passos será norteado por meio da adequação de sua infraestrutura física e curricular, priorizando o atendimento e acesso ao estabelecimento de ensino em qualquer nível, etapa ou modalidade. Deverá proporcionar também condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Além disso, busca-se a inserção das ajudas técnicas - produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

## **Cursos Ofertados**

### **▲ Cursos Técnicos:**

O câmpus oferta na modalidade Subsequente:

- Curso Técnico em Comunicação Visual;
- Curso Técnico em Enfermagem;
- Curso Técnico em Vestuário;

△ **Ensino Médio Integrado:**

Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio;

△ **Ensino à Distância – EAD - Parceria com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR):**

- Técnico de Agente Comunitário de Saúde;
- Técnico em Transações Imobiliárias;
- Técnico em Eventos;
- Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos;
- Técnico em Secretaria Escolar (Profucionário).

△ **Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC**

△ **Institucional**

Os cursos FICs institucionais são ofertados de acordo com as demandas e em atendimento aos editais vigentes variando semestre a semestre.

△ **PRONATEC**

Os vários cursos, FIC/PRONATEC bolsa formação, ofertados no Câmpus Passos e suas Unidades Remotas atendem a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, suas resoluções e portarias regulamentadoras e em conformidade com a Resolução Nº 033/2012, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a aprovação da regulamentação de ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no âmbito do IFSULDEMINAS.

### 1.5. Corpo Docente (Quadro 03)

**Quadro 1** – Relação dos professores do Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio- IFSULDEMINAS

<b>DOCENTES DO CURSO</b>			
<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO/DISCIPLINA</b>	<b>GRAU</b>	<b>REGIME</b>
Luís Henrique da Silva Novais	Letras/Língua Portuguesa; Comunicação e Mobilização Social	Mestrado	DE
Carolina Cau Spósito	Letras/Língua Estrangeira - Inglês	Mestrado	DE
Bruno Ferreira Alves	Licenciatura em Matemática/Matemática	Mestrado	DE
Thomé Simpliciano Almeida	Graduação em Física/Física	Doutorado	DE
Lidervan de Paula Melo	Graduação em Química/Química	Doutorado	Substituto
Wanderson Lopes Lamounier	Graduado em Biologia/Biologia	Mestrado	DE
Rildo Borges Duarte	Graduação em Geografia/Desenvolvimento Sustentável	Mestrado	DE
Mariana Eliane Teixeira	Licenciatura em História/História; História dos Movimentos Sociais (Direito, Estado e Cidadania)	Mestrado	DE
Aguardando Concurso	Sociologia		
Renê Hamilton Dini Filho	Licenciatura em Filosofia/Filosofia	Mestrado	DE
Juliana Gines Bortoletto	Graduação em Educação Artística/Arte	Mestrado	DE
Wagner Edson Farias dos Santos	Graduação em Educação Física/Educação Física	Especialização	DE
Nayara Silva de Noronha	Graduação em Administração Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Local; Empreendedorismo; Economia Familiar e Popular Solidária; Políticas Públicas	Mestrado	DE
Janaína Faustino Leite	Graduação em Sistemas de Informação e Graduação em Tecnologia da Informação Informática Básica	Bacharelado	DE
Juliano de Souza Caliar	Graduação em Enfermagem/Trabalho e Qualidade de Vida	Mestrado	DE
Andréa Cristina Alves	Graduação em Enfermagem/Relações Interpessoais e Sociais	Especialização	DE
Fernanda Tonelli	Graduação em Letras/Língua Estrangeira - Espanhol	Mestrado	DE
Aguardando Concurso	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais		

### 1.6. Corpo Técnico Administrativo (Quadro 04)

**Quadro 2** – Relação dos técnicos administrativos do IFSULDEMINAS - Câmpus Passos

<b>TÉCNICO ADMINISTRATIVO</b>	
Ana Marcelina de Oliveira	Administradora
Anita Pereira Ferraz	Assistente Social
Antoniette Camargo de Oliveira	Pedagoga
Carla Fernandes da Silva	Assistente em Administração
Cássia Aparecida G. Magalhães	Assistente de Estudantes
Cássio Cortes Costa	Assistente de Estudantes
Cláudia dos Santos Valvassora Silveira	Enfermeira
Clayton Silva Mendes	Assistente em Administração
Érika Pereira Vilela	Jornalista
Felipe Thiago Vasconcelos Vieira	Assistente em Administração
Flávio Donizete de Oliveira	Contador
Gabriela Rocha Guimarães	Técnica em Assuntos Educacionais
Helen Rodrigues Simões	Assistente em Administração
João Alex de Oliveira	Técnico em TI
João Paulo de Toledo Gomes	Professor de Informática (DE) / Diretor Geral Pró-Tempore
Joel Rossi	Técnico de Laboratório/Informática
Jussara Oliveira da Costa	Bibliotecária
Laura Rodrigues Paim Pamplona	Auxiliar de Biblioteca
Luis Gustavo de Andrade Fagioli	Psicólogo
Lilian Cristina de Lima Nunes	Assistente em Administração
Mateus Henrique Pereira	Técnico de Laboratório/Informática
Paulo Henrique Novaes	Técnico em Assuntos Educacionais
Regiane Mendes Costa Paiva	Técnica de Laboratório/Enfermagem
Romilda Maria Alves Coelho	Serviços Administrativos
Romilda Pinto da Silveira Ramos	Bibliotecária
Simone Aparecida Gomes	Técnica em Tecnologia da Informação
Sheila de Oliveira Rabelo Moura	Assistente em Administração
Vera Lúcia dos Santos Oliveira	Pedagoga

## **1.7. Representação Estudantil**

A representação dos discentes se dá por meio do Grêmio Estudantil, criado a partir do incentivo da própria instituição, porém com a autonomia necessária para que os alunos sejam representados. O órgão conta com uma sala de atendimento, diretoria e estatuto próprios, além de um representante de cada turma, que faz o elo entre o corpo discente e docente.

Além do mais existem outras formas de representação estudantil no Câmpus Passos do IFSULDEMINAS, através do Colegiado Acadêmico – CADEM, órgão consultivo, cuja finalidade é colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas acadêmicas da instituição de ensino; da Câmara de Ensino – CAMEN, órgão vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, também com função consultiva; do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, órgão responsável por: refletir e promover a cultura da inclusão do âmbito do IFSULDEMINAS; da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; do Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, órgão normativo e consultivo; dos Colegiados de Curso, órgão primário normativo, deliberativo, executivo e consultivo; e do Conselho Superior – CONSUP, órgão máximo do IFSULDEMINAS.

## **1.8. Apoio ao Discente**

O apoio aos discentes é ofertado pelo Setor de Assistência ao Educando que presta apoio e acompanhamento aos mesmos, buscando promover, em sua integralidade, o acesso, o desenvolvimento e a permanência deste na instituição. Busca intervir positivamente na formação dos estudantes da instituição de modo a proporcionar-lhes um ambiente adequado ao seu processo de ensino-aprendizagem, por meio de ações articuladas entre sua equipe, que é composta por assistentes de aluno, assistente social, enfermeira, interprete de libras, pedagogas e psicólogo.

O setor trabalha na ótica da RESOLUÇÃO Nº 101/2013, de 16 de Dezembro de 2013 – que dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS, que conta com os seguintes programas: Programa de Assistência à Saúde; Programa do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; Programa de Acompanhamento do Serviço Social; Programa Auxílio Estudantil – nas modalidades: Auxílio moradia, Auxílio-alimentação, Auxílio-transporte, Auxílio Material Didático-pedagógico, Auxílio creche; Auxílio para participação em Eventos – EVACT; Auxílio para

Visitas Técnicas; Programa Mobilidade Estudantil – Nacional e Internacional; Programa de Acompanhamento Psicológico; Programa de Acompanhamento Pedagógico; Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura e Programa de Inclusão Digital.

## 2. APRESENTAÇÃO DO CURSO E JUSTIFICATIVA

A seguir apresenta-se o resultado da pesquisa de demanda realizada junto à comunidade do município de Passos-MG. A pesquisa foi realizada por meio de aplicação de questionário, cuja sistematização detalhou-se a seguir:

Dos 200 questionários distribuídos, apenas 147 devolveram o mesmo respondido. Dos 147, 79 são mulheres, ou seja, a maioria, e apenas 68 são homens. Buscando perceber um pouco mais do perfil dos respondentes, percebeu-se também que dos 147 que responderam, 111 são solteiros, ou seja, mais da metade, sendo que apenas 27 são casados, 4 divorciados e 5 que não souberam responder. Considerando que a maioria é solteira, também a maioria não possui filhos, sendo estes em número de 110, 30 possuem e 7 não responderam. Quanto à cor que assumem, a maioria se considera de cor branca, totalizando 74. Do restante, 51 se consideram pardos e apenas 14 se consideram negros; 3 não responderam, 2 se consideram de cor amarela e 3 não declararam a cor.

Quanto à escolaridade, se dos 147 respondentes apenas 25 possuem o Ensino Fundamental completo e 62 não terminaram o Ensino Médio, isto indica uma demanda importante de possíveis candidatos ao Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio, visto que 4 apenas têm o Ensino Superior completo, 1 incompleto, 7 não responderam e 2 possuem o Ensino Médio completo.

Constatou-se pelos questionários que dos 147 respondentes 60 trabalham, sendo que 80 não trabalham e 7 não responderam. Este talvez seja um critério atinente mais ao perfil dos possíveis candidatos ao Curso. Deve ficar claro que o fato de muitos não trabalharem não significa que sejam irresponsáveis, por exemplo. Os detalhes de sua atual situação trabalhista não foram levantados neste momento. Por outro lado, significa que pode haver pelo menos 80 potenciais interessados, sendo que quem já está inserido no mercado de trabalho também pode eventualmente se interessar por mudar de área de atuação, considerando a especificidade do Curso.

A respeito do item do questionário que indaga a forma em que os respondentes passaram a conhecer o IFSULDEMINAS Câmpus Passos, ficou evidenciado o bom resultado dos trabalhos que vêm sendo realizados no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. Possivelmente os atuais estudantes desta instituição fazem a divulgação da mesma de forma positiva. Dessa maneira, é plausível acreditar que haverá cada vez mais procura pelos vários cursos oferecidos ou ainda por oferecer nesta instituição.

Quando questionados sobre a pertinência da oferta do Curso Técnico em Orientação

Comunitária integrado ao Ensino Médio pelo IFSULDEMINAS Câmpus Passos, a grande maioria dos respondentes do questionário de levantamento de demanda foram praticamente unânimes em ver de forma positiva o oferecimento do curso, sendo que dos 147, 144 foram favoráveis, 2 contrários e 1 não respondeu.

É importante considerar que o município de Passos - MG figura como um dos mais violentos da região sul do Estado, conforme Mapa da Violência 2013, divulgado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Tem sido cada vez mais comum a divulgação pela imprensa local de casos de violência, envolvendo assaltos a mão armada e mesmo assassinatos. A configuração desse cenário tem causado o aumento gradual da sensação de insegurança, que se espalha de modo generalizado.

Além disso, o Censo Demográfico de 2010 aponta que a parcela mais pobre da população passense é composta em sua maioria por famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos. Tal dado permite constatar o fenômeno histórico de que a mulher ainda carrega sobre si o peso da exclusão por causa do gênero, condição a que, não raramente, estão associadas outras formas de marginalização social. Apesar disso, a mulher tem assumido cada vez mais um papel de referência em situação familiar de maior pobreza, tornando-se agente fundamental para a transformação de um contexto desfavorável.

Soma-se a isso o fato de que é disseminada certa visão preconceituosa segundo a qual determinadas regiões e bairros da cidade, por serem focos da violência ligada ao tráfico de drogas, devem ser evitadas enquanto espaço de trânsito das pessoas que não moram ali. Uma consequência disso é que, por outro lado, os moradores das regiões marginalizadas muitas vezes se sentem vítimas de comentários e brincadeiras que reforçam o estereótipo, segundo o qual todos que moram em regiões onde há tráfico de drogas estariam diretamente envolvidos com essa prática. Há, portanto, que se considerar o impacto negativo que essa situação tem causado na autoestima de grupos sociais inteiros que passam, assim, a desvalorizar suas próprias características: seus espaços de vivência, suas práticas culturais e de socialização, seu modo muito próprio de viver.

Em contrapartida, é possível mapear propostas de intervenções promovidas tanto pelo poder público como pela sociedade civil no sentido de alterar o contexto negativo ligado ao aumento da violência em sua interface com a pobreza e a marginalização de determinados grupos e espaços sociais. Nesse sentido, a presença em bairros e regiões específicas de Centros Regionais de Assistência Social – CRAS, da Pastoral da Criança, dos diversos grupos pastorais ligados a denominações religiosas variadas, de lideranças comunitárias bem como da atuação do Conselho Tutelar e dos agentes de saúde básica tem se mostrado como

fundamental. O que sinaliza para o fato de que qualquer mudança significativa no atual panorama deve passar pela mobilização que parte de dentro dos grupos e nos espaços marginalizados.

Diante dessa configuração, entende-se que esta proposta de Curso Técnico em Orientação Comunitária tem como objetivo ofertar, principalmente jovens e adultos que moram em espaços marginalizados e em demais condições de exclusão, oportunidades para continuação da formação básica e profissional. Além disso, almeja-se ofertar-lhes conhecimentos que instiguem e deem condições para intervirem de maneira colaborativa em seus próprios contextos de vivência, contribuindo assim para melhoria da qualidade de vida. Considera-se ainda a possibilidade de inserção profissional desses jovens e adultos nas diversas organizações cujas atuações vão ao encontro desse objetivo comum. Como prevê o Catálogo nacional de Cursos Técnicos, o Orientador comunitário estaria apto a atuar como conselheiro tutelar, agente de saúde, além de trabalhar junto a cooperativas, secretariando e articulando cooperados, auxiliando na formulação de projeto e na captação de recursos. Como contratados por empresas variadas, podem colaborar com a execução de pesquisas de mercado, devido ao acesso que têm juntado à sua comunidade, entre outros.

Como forma de potencializar tais possíveis nichos de atuação profissional, pretende-se promover cada vez mais a aproximação entre IFSULDEMINAS e cooperativas, demais órgãos públicos e de terceiro setor. Espera-se assim garantir, na medida do possível, a inserção desses profissionais no Mundo do Trabalho.

É importante, antes de mais nada, afirmar que a oferta pela Rede Federal de Educação de cursos na modalidade de educação de jovens e adultos é uma exigência legal, que busca garantir oportunidades educacionais apropriadas às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade própria. No que tange aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, essa oferta dar-se-á dentro de programa específico, o PROEJA, em que, integrada à educação básica, o aluno terá também a formação profissionalizante.

Nesse sentido, foi considerado, para esse processo, o público em potencial tradicionalmente atendido pelas políticas de educação de jovens e adultos. Como já aponta o Documento Base do PROEJA para o ensino médio, elaborado pelo Ministério de Educação e Cultura:

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. (Documento base do MEC que aborda o PROEJA ensino médio. p. 11).

Entende-se que a proposta de um curso a tais sujeitos sociais, dentro dos pressupostos do PROEJA, deve mais que simplesmente possibilitar a eles formação profissional técnica, de modo que possam logo integrar a massa de mão de obra que atenderia às exigências de um mercado de trabalho instituído. Esse entendimento, inclusive, foi construído a partir da observância dos documentos oficiais que tratam da educação de jovens e adultos, segundo os quais o foco deve estar sempre no trabalhador. Como trabalhador, no caso, considera-se pessoas que se enquadrem no perfil descrito na citação acima. Ou seja, ser trabalhador, para essa discussão pertinente ao PROEJA, é vivenciar uma relação específica com os contextos trabalhistas e educacionais que, ao longo da história, pouco contribuíram para a integração social e para a mudança nas bases de uma sociedade excludente.

O Curso Técnico em Orientação Comunitária parte do pressuposto de que a educação de jovens e adultos deve oferecer aos sujeitos envolvidos, além da formação profissional, condições para que possam se tornar competentes para avaliar, interferir e propor alternativas de mudança em sua trajetória pessoal e dos grupos sociais que integram, quando essa não lhes parecer favorável. Para tanto, bem mais que conhecimentos técnicos e práticos ligados à atuação profissional determinada, é necessário que lhes seja oferecido conhecimento histórico das circunstâncias e das relações de poder que, ao longo do tempo, fizeram com que parte considerável da população brasileira se encontrasse em semelhante situação de exclusão e violência social.

Reconhece-se a validade do discurso em vigência, segundo o qual há uma necessidade contemporânea de promover capacitação técnica específica, bem como a de criar mão obra qualificada, apta a atender às demandas de crescimento econômico nacional. Porém, entende-se que, justamente devido ao forte apelo desse discurso, é fundamental preparar as pessoas para que reflitam e interfiram nos processos e no tipo de relação que estabelecem com as questões de trabalho, emprego e renda e no modo como essa relação impacta no contexto social de vivência mais imediata. Isso, no intuito de que mais uma vez não se reproduza a dinâmica histórica de favorecimento a determinados grupos sociais, cujas riquezas e demais privilégios foram mantidos à custa da exploração da mão de obra e da energia vital de sujeitos marginalizados.

Diante disso, aliadas às questões de emprego e renda, estão discussões relativas à exclusão social, motivada muitas vezes por estigmas de gênero, cor e origem. Essa constatação evidencia a necessidade de se refletir sobre o tipo de conhecimento mobilizado no processo de educação de jovens e adultos. Isso uma vez que nem todo conhecimento nem toda forma de abordá-lo conduz à mudança de percepção sobre as referidas identidades,

tradicionalmente afetadas por forte preconceito. A violência desse preconceito é manifesta em práticas muitas vezes legitimadas ou camufladas sob o discurso da meritocracia e da democracia racial, que reforçam estereótipos negativos e contribuem para que as coisas se mantenham como estão. É relevante considerar, nesse sentido, que tais discursos têm influenciado bastante os contextos de formação e de atuação profissional contemporânea.

O Currículo e as abordagens específicas dos conhecimentos oferecidos ao longo da trajetória formativa do Orientador comunitário contemplam os pressupostos acima. Portanto, revelam fundamentos claros de ordem pedagógica, política e ideológica que estão na base desta proposta de curso.

O profissional do o perfil de Orientador Comunitário com sua capacidade para gerir e propor ações de intervenção direta em contextos de situação desfavorável a uma melhor qualidade de vida poderá contribuir significativamente com a realidade do município de Passos.

**Nome do Curso:** Técnico Integrado em Orientação Comunitária.

**Modalidade:** PROEJA

**Tipo:** Presencial

**Ano de implantação:** 2015

**Habilitação:** Técnico em Orientação Comunitária

**Local de oferta:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS - Câmpus Passos

**Turno de funcionamento:** Noturno

**Forma de ingresso:** Processo classificatório

**Requisitos de acesso:** Ter concluído o Ensino Fundamental

**Número de vagas oferecidas:** 35

**Periodicidade de oferta:** Anual

**Duração do curso:** 3 anos

**Carga horária total:** 2.400 h

**Autorização para funcionamento:** (Aguardando autorização) constar nº resolução

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivos Gerais**

O Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio visa formar o estudante integrando os conhecimentos adquiridos na Educação Básica com as habilidades para elaborar e auxiliar o desenvolvimento de projetos socioculturais e educacionais, sempre buscando aprimorá-lo como pessoa humana e cidadã.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

O Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio tem como objetivos específicos formar profissionais competentes do ponto de vista político e humanitário, capazes de:

- \* Desenvolver projetos a partir de demandas locais, considerando a diversidade e adequando-os aos diferentes públicos;
- \* Realizar articulações entre setores, empresas e pessoas;
- \* Organizar tarefas rotineiras e esporádicas no ambiente de trabalho, relacionadas às demandas de educação, mobilização social, trabalho, geração de renda e qualidade de vida;
- \* Adequar atividades de acordo com a realidade e a cultura local, o público-alvo, as demandas locais e regionais, bem como o orçamento disponível, considerando os diferentes espaços socioeducativos;
- \* Participar do planejamento, implantação e execução das atividades das diversas instituições públicas, privadas e do Terceiro Setor.

#### 4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

De acordo com a Resolução Nº 028/2013 do IFSULDEMINAS, de 17 de Setembro de 2013, a qual dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio, o ingresso, a matrícula e a rematrícula se darão da seguinte maneira:

##### FORMATAR LETRA

Art. 10 – A seleção de candidatos ao ingresso no curso deverá ser realizada mediante Exame de Seleção adotado pelo IFSULDEMINAS, podendo ingressar por processo seletivo para ocupação de vagas regulares e remanescentes, transferência ex officio e outras formas conforme a legislação vigente e resoluções internas do CONSUP.

Parágrafo único: Para as vagas de ingresso no IFSULDEMINAS serão consideradas as ações afirmativas constantes na legislação brasileira e aquelas de ampla concorrência.

Art. 11 – Para inscrever-se em curso técnico integrado ao ensino médio oferecido pelo IFSULDEMINAS, o candidato deverá ter concluído, no máximo, o Ensino Fundamental, conforme previsto no edital de seleção.

Parágrafo único: O candidato que já tiver concluído o ensino médio terá somente a possibilidade de matricular-se no PROEJA, caso haja vaga ociosa.

Art. 12 – A matrícula ou rematrícula – que é o ato pelo qual o discente vincula-se ao IFSULDEMINAS, deverá ser efetuada de acordo com a norma interna empregada pelo câmpus.

§ 1º – Os períodos de matrícula e de rematrícula serão previstos em calendário acadêmico, conforme Resolução CONSUP 047/2012. Desta forma, os discentes deverão ser comunicados sobre normas e procedimentos com antecedência mínima de 30 dias do prazo final da matrícula, devendo cada câmpus promover ampla divulgação.

§ 2º – A matrícula será feita pelo discente ou seu representante legal, se menor de 18 anos, e deverá ser renovada a cada ano letivo regular.

§ 3º – A rematrícula poderá ser feita pelo discente e deverá ser renovada a cada ano letivo regular.

§ 4º – No ato da rematrícula, o discente não poderá estar em débito com a biblioteca ou qualquer outro material/documento da ou para a instituição.

§ 5º – O candidato com direito à matrícula deverá efetuar a matrícula no prazo previsto pelo edital do processo seletivo.

Art. 13 – Deverá a instituição emitir o comprovante de matrícula, de rematrícula para o estudante.

Nesses termos, o ingresso especificamente no Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio, na modalidade PROEJA, se dará por meio de sorteio, caso haja número de inscritos superior ao número de vagas ofertadas. O mesmo será organizado pela Comissão Permanente de Seleção – Copese, do IFSULDEMINAS, através de edital publicado na Imprensa Oficial.

## 5. PERFIL DO EGRESSO

O profissional formado no Curso Técnico em Orientação Comunitária-PROEJA, estará preparado para auxiliar e apoiar a organização de grupos de interesse da comunidade, considerando as demandas sociais oriundas da questão social e do impacto de suas expressões na vida da população. Deve mobilizar ações que favoreçam o desenvolvimento local, pautando-se no empreendedorismo, cooperativismo, associativismo e organização social, corroborando também para o desenvolvimento de lideranças comunitárias e articulação de movimentos sociais, e consequente melhoria de acesso a políticas públicas que favoreçam o rompimento com situações de vulnerabilidade social. Poderá atuar, ainda, em campanhas educativas, colaborando com a integração da comunidade com suas escolas e outras instituições, articulando e promovendo ações de aproximação positiva entre elas.

### 5.1. Competências

- \* detectar demandas e oportunidades para desenvolvimento comunitário;
- \* organizar projetos e planejar estratégias de execução;
- \* identificar parceiros para ações e projetos;
- \* articular relações entre setores públicos, empresas e pessoas;
- \* identificar conflitos e formular estratégias de solução;
- \* demonstrar capacidade de negociação e de comunicação;
- \* desenvolver o empreendedorismo social;
- \* mapear e articular as potencialidades locais;
- \* integrar as demandas da comunidade nas políticas e serviços públicos;
- \* executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando mídias sociais (*facebook, sites, blogs*) para articulação de projetos/programas;
- \* manter a comunidade informada quanto à utilização de serviços públicos;

## 6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O currículo foi organizado de acordo com a Lei Federal Nº 9.394/96, alterada pela Lei Nº 11.741/2008, Indicação CEE 08/2000, Indicação CEE 108/2011, Deliberação CEE 105/2011, Resolução CNE/CEB 06/2012 e Parecer CNE/CEB 11/2012 e Resolução CNE/CEB 02/2012, assim como as competências profissionais que foram identificadas pela Comissão responsável pela criação do curso com a participação da comunidade escolar do IFSULDEMINAS, Câmpus Passos.

A organização curricular da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Orientação Comunitária está organizada de acordo com o Eixo Tecnológico de “Desenvolvimento Educacional e Social” e estruturada em 3 (três) anos, com terminalidade correspondente à qualificação profissional de nível técnico identificada no mercado de trabalho.

No decorrer dos 3 (três) anos, os conhecimentos e saberes dos diferentes campos disciplinares, seja das disciplinas de formação geral, seja das de formação técnica, estão organizados por meio de atividades formativas que integram a teoria à prática, em função especialmente das capacidades profissionais que se propõe desenvolver. Dessa forma, o oferecimento de disciplinas do Ensino Médio integradas às disciplinas técnicas, no decorrer de cada ano do curso, representam importante instrumento de formação curricular para o itinerário profissional, visto que, adaptando-se às distintas realidades locais e regionais, permitem a inovação permanente e mantem a unidade e a equivalência dos processos formativos.

Para tanto, firma-se a trajetória a partir da proposta de mapeamento em alguns pressupostos a seguir:

- Considera-se o aluno desde sua dimensão individual, cuja identidade foi formada a partir de experiências muito particulares, responsáveis por compor um rico quadro de conhecimentos que devem ser partilhados cotidianamente dentro das práticas formativas.
- Os espaços geográficos por onde o aluno circula são os contextos privilegiados de interação com a realidade. Devem ser o ponto de partida para as propostas de práticas formativas, que querem ser significativas.
- O espaço escolar é ponto onde múltiplas trajetórias de vida se encontram e a partir do qual se inicia nova trajetória em direção aos espaços de vivência dos alunos. Nessa dinâmica, está a possibilidade de haver um mapeamento dos principais problemas e potencialidades que deverão ser explorados pelos estudantes em seus projetos de intervenção.

- Todas as disciplinas devem buscar uma prática integrada, de modo a compor, coletivamente, um melhor diagnóstico dos problemas e potencialidades foco das ações dos alunos.

A estrutura curricular do Curso em questão, estabelece as condições básicas para a organização do itinerário formativo que, articulando disciplinas do núcleo de formação comum e do núcleo de formação técnica, conduzem tanto à obtenção do certificado profissional quanto à possibilidade de dar continuidade aos estudos.

### **6.1. A Estrutura Curricular**

O currículo foi organizado de acordo com a Lei Federal Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 e Decreto Nº 5.840 de 13 de julho de 2006 (que institui o PROEJA no âmbito Federal e dá outras providências).

A matriz curricular do curso é dividida em 03 (três) anos totalizando 2400h (duas mil e quatrocentas horas) considerando as hora aula de 50 (cinquenta) minutos. É formada por disciplinas que compõem a Base Nacional Comum, a Parte Diversificada e a Parte Técnica. Além das três áreas mencionadas anteriormente, compõem também a matriz curricular o estágio obrigatório, com carga horária total mínima de 200 (duzentas) horas e o Trabalho de Conclusão de Curso com carga horária total de 200 (duzentas) horas.

Outras atividades norteadoras das diversas práticas pedagógicas são: elaboração e execução do planejamento, registro e análise das aulas realizadas, ministrando-as de forma interativa por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares, seminários temáticos, debates, atividades individuais e em grupos, realizando ao longo dos períodos letivos, bimestralmente ou semestralmente, ações que contemplem o trabalho transdisciplinar com temas norteados pelos (as):

·Princípios das relações étnico-raciais, da inclusão, da ética, da cidadania, do empreendedorismo, da cultura local, do respeito à diversidade, do desenvolvimento socioambiental, além das previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB 02/2012);

·Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica);

·Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre

o Estatuto do Idoso);

·Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental);

·Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro);

·Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3).

Tais princípios, programas e políticas nacionais vão ao encontro dos objetivos mais gerais do Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio, visto que colaboram para uma formação mais humana, solidária, preocupada com a saúde, o bem estar e o meio em que se vive.

## 6.2 Matriz Curricular (Quadro 05)

<b>Matriz Curricular</b>											
<b>Curso Técnico em Orientação Comunitária Integrado ao Ensino Médio - PROEJA</b>											
Áreas	Componentes Curriculares	1º Ano			2º Ano			3º Ano			CARGA HORÁRIA (H/A)
		A/S	H/A	CH	A/S	H/A	CH	A/S	H/A	CH	CH
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	80	66h40	3	120	100h	2	80	66h40	233h20
	Educação Física	1	40	33h20	1	40	33h20	1	40	33h20	100h
	Arte							2	80	66h40	66h40
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	2	80	66h40	2	80	66h40	2	80	66h40	200h
	Física	2	80	66h40							66h40
	Química	2	80	66h40							66h40
	Biologia				2	80	66h40				66h40
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia	2	80	66h40							66h40
	História				2	80	66h40				66h40
	Sociologia	1	40	33h20	1	40	33h20	1	40	33h20	100h
	Filosofia	1	40	33h20	1	40	33h20	1	40	33h20	100h
<b>Total da Base Nacional Comum – Lei nº 9.394/1996</b>		<b>13</b>	<b>520</b>	<b>433h20</b>	<b>12</b>	<b>480</b>	<b>400h</b>	<b>9</b>	<b>360</b>	<b>300h</b>	<b>1133h20</b>
Parte Diversificada	Língua Estrangeira – Inglês				2	80	66h40				66h40
<b>Total da Parte Diversificada</b>					<b>2</b>	<b>80</b>	<b>66h40</b>				<b>66h40</b>
<b>Somatório Base Nacional Comum e Parte Diversificada</b>		<b>13</b>	<b>520</b>	<b>433h20</b>	<b>14</b>	<b>560</b>	<b>466h40</b>	<b>9</b>	<b>360</b>	<b>300h</b>	<b>1200h</b>
Ensino Profissional	Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Local	2	80	66h40							66h40
	Informática Básica	2	80	66h40							66h40
	História dos Movimentos Sociais (Direito, Estado e Cidadania)	3	120	100h							100h
	Trabalho e Qualidade de Vida				2	80	66h40				66h40
	Políticas Públicas				2	80	66h40				66h40
	Empreendedorismo				2	80	66h40				66h40
	Economia Familiar e Popular Solidária							2	80	66h40	66h40
	Elaboração e Gestão de Projetos Sociais							3	120	100h	100h
	Comunicação e Mobilização Social							2	80	66h40	66h40
	Relações Interpessoais e Sociais							2	80	66h40	66h40
Desenvolvimento Sustentável							2	80	66h40	66h40	
	TCC										200h
	<b>Estágio Curricular</b>										200h
<b>Somatório Ensino Profissional</b>		<b>7</b>	<b>280</b>	<b>233h20</b>	<b>6</b>	<b>240</b>	<b>200h</b>	<b>11</b>	<b>440</b>	<b>366h40</b>	<b>1.200h</b>
<b>Carga Horária Total (Formação Geral e Ensino Profissional)</b>		<b>20</b>	<b>800</b>	<b>666h40</b>	<b>20</b>	<b>800</b>	<b>666h40</b>	<b>20</b>	<b>800</b>	<b>666h40</b>	<b>2.400h</b>
<b>Disciplinas Optativas</b>											
	Língua Estrangeira – Espanhol	-	-	-	1	40	33h20	-	-	-	33h20
	Libras -Língua Brasileira de Sinais	-	-	-	1	40	33h20	-	-	-	33h20
<b>Somatório Ensino Técnico Integrado e Ensino Médio</b>					<b>2.400h</b>						

Distribuição de Carga Horária	1º Ano			2º Ano			3º Ano			TOTAL POR NÚCLEO	
	A/S	H/A	CH	A/S	H/A	CH	A/S	H/A	CH	H/A	CH
Núcleo de Ensino Comum	13	520	433h20	12	480	400h	9	360	300h	1360	1133h20
Núcleo de Ensino Diversificado				2	80	66h40				80	66h40
Núcleo de Ensino Profissional	07	280	233h20	06	240	200h	11	440	366h40	960	800h
<b>Total</b> A/A – aulas/anuais e CHA – carga horária anual	20	800	666h40	20	800	666h40	20	800	666h40	2.400	2.000h
Estágio Profissional	-	-	-	*	*	*	*	*	*		200h
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC											200h
<b>TOTAL GERAL</b>											2.400h

**Obs:** \* O estudante deverá cumprir preferencialmente 100 (cem) horas de estágio supervisionado no 2º ano e 100 (cem) horas no 3º ano totalizando o mínimo exigido de 200 (duzentas) horas. Considera-se H/A a Hora Aula de 50 (cinquenta) minutos e CH a Carga Horária de 60 (sessenta) minutos.

### 6.3. Ementário

Nome da Disciplina:	Língua Portuguesa (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b> Prática permanente de leitura e escrita de textos diversos. Estratégias de leitura e compreensão de textos variados. Língua e identidade: relação entre os usos da língua e a constituição da identidade individual em contextos sociais de vivência específica. Gêneros textuais do Eu: diário, relato autobiográfico, memorial (narrativos); artigo de opinião, debate (opinativos). Variação linguística e norma linguística: oralidade e escrita. Noções de textualidade. Fonética, ortografia e acentuação de palavras. Leitura de textos literários: relato, autobiografia, microconto, poema, textos de memória, letras de canções.			
<b>Bibliografia Básica:</b> 1. CEGALLA, D. P. <i>Novíssima Gramática da língua Portuguesa</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 2. FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão. <i>Oficina de Texto</i> . Petrópolis: Vozes, 2003 3. KOCH, I. V. <i>Ler e compreender: os sentidos do texto</i> . São Paulo: Contexto, 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b> 1. CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008. 2. FARACO, C. A. <i>Oficina de texto</i> . Petrópolis: Vozes, 2003. 3. _____. <i>Interação pela Linguagem</i> . São Paulo: Contexto, 2010. 4. KOCH, I. G. V. <i>Argumentação e linguagem</i> . São Paulo: Cortez, 2011. 5. NETO, P. C.; INFANTE, U. <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> . São Paulo: Editora Scipione, 2008.			

Nome da Disciplina:	Matemática (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Conjuntos, conjuntos numéricos e operações elementares, funções, exemplos de funções elementares (linear e quadrática), equações e inequações lineares, quadráticas e modulares, potências logaritmos e matemática financeira.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. DESENSZAJN, D.; IEZZI, G., ALMEIDA, N.; DOLCE, O.; PÉRIGO, R. <i>Matemática, Ciência e Aplicações</i> . v. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.			
2. IEZZI, G. E.; MURAKAMI, C. <i>Fundamentos de Matemática Elementar (11 volumes)</i> . 7ª edição. São Paulo: Editora Atual, 2007.			
3. YOUSSEF, A. N.; SOARES, E.; FERNANDEZ, V. P. <i>Matemática</i> . 1ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 2008.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. DANTE, L. R. <i>Matemática</i> . 1ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.			
2. FACCHINI, W. <i>Matemática</i> . Volume único. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.			
3. GOULART, M. C. <i>Matemática no Ensino Médio</i> . São Paulo, Editora Scipione, 2005.			
4. LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C. O. <i>A matemática do ensino Médio (3 volumes)</i> . 6ª edição. Rio de Janeiro: SBM, 2006.			
5. MARCONDES, C. A. dos. S. <i>Matemática para o Ensino Médio</i> . São Paulo, Editora Ática, 1997.			

Nome da Disciplina:	Física (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Unidades, grandezas físicas e vetores. Movimento retilíneo. Movimento em uma e duas dimensões. Leis de Newton e aplicações. Trabalho e energia. Momento linear, impulso e colisões. Estática dos corpos rígidos. Hidrostática. Termometria. Calorimetria. Termodinâmica. Ótica geométrica, Oscilações e Ondas mecânicas, Ondas sonoras. Eletrostática. Eletrodinâmica. Magnetismo. Eletromagnetismo. Ótica física. Tópicos de física contemporânea.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. <i>Física – Contexto &amp; Aplicações</i> . Vol. 1 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2011.			
2. MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. <i>Física – Contexto &amp; Aplicações</i> . Vol. 2. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2011.			
3. MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. <i>Física – Contexto &amp; Aplicações</i> . Vol. 3. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2011.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. FILHO, A. G.; TOSCANO, C. <i>Física</i> . Vol. Único. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2007.			
2. HEWITT, P. G. <i>Física Conceitual</i> . Volume único. 11ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.			
3. XAVIER, C.; BARRETO, B. <i>Física aula por aula</i> . Vol. 1. 1ª ed. São Paulo: Ed. FTD, 2010.			
4. XAVIER, C.; BARRETO, B. <i>Física aula por aula</i> . Vol. 2. 1ª ed. São Paulo: Ed. FTD, 2010.			
5. XAVIER, C.; BARRETO, B. <i>Física aula por aula</i> . Vol. 3. 1ª ed. São Paulo: Ed. FTD, 2010.			

Nome da Disciplina:	Química (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
<p>Conceitos de misturas e substâncias- métodos de separação de misturas. Funções Inorgânicas – classificação de ácidos e bases – suas aplicações e características. Soluções – tipo de soluções e solubilidade, concentrações das soluções, diluição de soluções. Equilíbrio químico e equilíbrio em meio aquoso- pH e pOH, produto de solubilidade, hidrólise salina. Pilhas- Construção e funcionamento, Potencial das pilhas, cálculo de voltagem, pilhas comerciais e baterias. Nomenclatura de compostos orgânicos – funções orgânicas – hidrocarbonetos, álcool, cetona, aldeído, amina, éter e amida.</p>			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>1. CANTO, E. L.; PERUZZO, F. M. – <i>Química na abordagem do cotidiano</i> – Química geral e inorgânica. Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2009.</p> <p>2. LISBOA, J. C. F. – <i>Química Ensino médio</i> – Ser protagonista. Vol. 1. 1ª ed. São Paulo: Editora SM, 2010.</p> <p>3. MORTIMER, E. F.; MACHADO, A. H. – <i>Química para o ensino médio</i> – série Parâmetros. 1ª Ed.</p>			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
<p>1. ATKINS, P.; JONES, L. <i>Princípios da Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente</i>. 3. ed. Bookman Editora, 2006.</p> <p>2. FELTRE, R. <i>Química: química geral</i>. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2004.</p> <p>3. MARQUES, M. R. <i>Completamente química - ciência, tecnologia e sociedade: Química Geral</i>. Vol. 1. São Paulo: FTD, 2001.</p> <p>4. THEODORE, L.; BROWN, H.; EUGENE, L.; BRUCE E. BURSTEN. <i>Química. A Ciência Central</i>. Trad. 9. ed. Robson M. Matos, Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>5. USBERCO, J.; SALVADOR, E. <i>Química 1: Química Geral</i>. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.</p>			

Nome da Disciplina:	Geografia (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
<p>Introdução à ciência geográfica. O lugar da/na Geografia. Cartografia e representação das realidades geográficas. Os fatores naturais e a construção da superfície terrestre. O ser humano enquanto força de transformação do espaço geográfico: Demografia e urbanização; Industrialização e transformações no mundo rural. A relação sociedade x natureza e a emergência dos problemas ambientais. Globalização e transformações espaciais. A base física do território: O meio natural brasileiro. Processo de construção do território brasileiro: da Colônia à República. Transformações espaciais no Brasil: dos arquipélagos econômicos à formação da região concentrada e suas repercussões na estrutura demográfica, no processo de urbanização e industrialização. Transformações espaciais no mundo rural brasileiro. Inserção do Brasil na nova ordem internacional global. O Brasil e a América Latina: uma integração possível? A geopolítica na transição dos séculos XX e XXI: um mundo em transformação.</p>			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>1. ALMEIDA, L. M. A. de; RIGOLIN, T. B. <i>EJA - Educação de Jovens e Adultos: Geografia</i> (ensino Médio). São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>2. FERNANDES, M. do C.; MENEZES, P. M. L. de. <i>Roteiro de Cartografia</i>. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.</p> <p>3. ROSS, J. L. S. <i>Geografia do Brasil</i>. São Paulo: Edusp, 1996.</p>			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
<p>1. FAIRCHILD, T. R.; TOLEDO, M. C. de; TAIOLI, F. [et. al] (Orgs.). <i>Decifrando a Terra</i>. São Paulo: Companhia Nacional, 2009.</p> <p>2. MOREIRA, R. <i>Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil: Constituição e problemas de relação</i>. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>3. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. <i>O Brasil: território e sociedade no início do século XXI</i>. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>4. SANTOS, M. <i>Por uma outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal</i>. (6º ed.) Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>5. SOUSA NETO, M. F. de. <i>Aula de Geografia e algumas Crônicas</i>. 2ª ed. Campina Grande, PB: Bagagem, 2008.</p>			

Nome da Disciplina:	Sociologia (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Sociologia utópica e sociologia clássica: Sain't Simon, J. P. Proudhon, Charles Fourier, Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber, Karl Marx.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. BAUMAN, Z. (1925). <i>Aprendendo a pensar com a sociologia.</i> / Zygmunt Bauman e Tim May; tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução de Thinking sociologicaly.			
2. COSTA, M. C. C. <i>Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade.</i> 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.			
3. GIDDENS, A. <i>Sociologia.</i> Tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. BOMENY, H. (coord.). <i>Tempos Modernos, tempos de sociologia.</i> / coordenação Helena Bomeny, Bianca Freire Medeiros. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.			
2. DIMENSTEIN, G. <i>Dez lições de Sociologia para um Brasil cidadão.</i> Volume único/Gilberto Dimenstein. Marta M. Assumpção Rodrigues. Álvaro Cesar Giasanti. São Paulo: FTD, 2008.			
3. MARTINS, C. B. <i>O que é sociologia.</i> São Paulo: Brasiliense, 2006.			
4. RAMALHO, J. R. <i>Sociologia para o ensino médio.</i> Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
5. TOMAZI, N. D. <i>Sociologia para o ensino médio.</i> / Nelson Dacio Tomazi. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			

Nome da Disciplina:	Filosofia (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Discutir a História da Filosofia: principais autores da Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. ARANHA, M. da G. de A. <i>Filosofando: Introdução à Filosofia</i> / Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.			
2. CHAUI, M. <i>Convite à Filosofia</i> . 14ª ed. São Paulo / SP. Editora Ática, 2012.			
3. COTRIM, G. <i>Fundamentos de filosofia</i> / Gilberto Cotrim, Mirna Fernandes. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. DUFRENNE, M. <i>Estética e filosofia</i> / Mikel Dufrenne; [tradução Roberto Figurelli]. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Debates; 69 / dirigida por J.Guinsburg).			
2. GALO, S. (coord.). <i>Ética e cidadania: Caminhos da Filosofia: Elementos para o ensino de Filosofia</i> . Ilustração Alexandre J. de Moraes Assumpção. 11. ed. ver. Atualizada – Campinas/São Paulo: Papyrus, 2003.			
3. LUCKESI, C. C. <i>Introdução à Filosofia: Aprendendo a pensar</i> . São Paulo: Cortez, 2012.			
4. OLIVEIRA, R. N. N. de. <i>Filosofia: Investigando o pensar</i> . / Raimundo Nonato Nogueira Oliveira, Paulo José de Paula Gadelha. Editora Edjovem: Fortaleza, 2009.			
5. REALE, G.; ANTISERI, D. <i>História da filosofia: vol. 1-7</i> ; [traduteo Ivo Storniolo]. São Paulo: Paulus, 2003.			

Nome da Disciplina:	Educação Física (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
O corpo e suas relações nas dimensões, histórica, política, econômica e social. Consciência corporal e práticas corporais. Atividade física e qualidade de vida. Modismos ligados à estética corporal. Alongamento. Jogos recreativos. Danças Folclóricas.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. BARRETO. D. <i>Dança: ensino – sentidos e possibilidades na escola</i> . Campinas: Autores Associados, 2004.			
2. CIAVATTA. M e FRIGOTTO. G. (org.). <i>Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho</i> . Brasília. MEC. SENTEC, 2004.			
3. DAOLIO. J. <i>Educação física e o conceito de cultura</i> . Campinas: Autores associados, 2004.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. ABRAMOVAY. M e CASTRO. M. G. <i>Ensino Médio: múltiplas vozes</i> . Brasília: MEC, UNESCO, 2003.			
2. DUARTE. N. <i>Concepções afirmativas e negativas sobre ato de ensinar</i> . Campinas. Cadernos CEDES, v. 19. n. 44, 1998.			
3. DUCKUR. L. C. <i>Em busca de formação de indivíduos autônomos nas aulas de educação física</i> . Campinas: Autores associados, 2003.			
4. KUNZ. E. <i>Educação física: ensino e mudanças</i> . Ijuí/RS. Editora Unijuí, 2004.			
5. MORAES. A. <i>Orientações Curriculares do Ensino Médio</i> . Brasília – MEC, 2004.			

Nome da Disciplina:	Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Local (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b> Conceitos iniciais e história do cooperativismo. Princípios do cooperativismo. Direitos e deveres dos cooperados. Tipos de cooperativa. Associativismo. Princípios do associativismo. Diferença entre cooperativa, associação e empresa. Desenvolvimento Local.			
<b>Bibliografia Básica:</b> 1. ABRANTES, J. <i>Associativismo e cooperativismo</i> . Editora Interciência, 2004. 2. KRONEMBERG, D. <i>Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática</i> . São Paulo: SENAC São Paulo. 3. OLIVEIRA, D. P. R. <i>Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática</i> . São Paulo: Atlas, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b> 1. MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. <i>Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas</i> . Editora Manole, 2003. 2. MARTINS, S. P. <i>Cooperativas de trabalho</i> . São Paulo: Atlas, 2013. 3. NETO, S. B. <i>Economia e Gestão de Organizações Cooperativas</i> . São Paulo: Atlas, 2012. 4. SANTOS, A.; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. S. <i>Contabilidade das Sociedades Cooperativas: Aspectos Gerais e Prestação de Contas</i> . São Paulo: Atlas, 2012. 5. SOUZA, E. G. V. <i>Cooperativismo de Crédito no Brasil: Globalização, Estado e Cidadania</i> . Jurua Editora, 2008.			

Nome da Disciplina:	Informática Básica (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b> Introdução ao computador. Conhecendo o computador. Manipulando documentos (pasta e arquivos). Operações sobre arquivos. Trabalhando com a internet: pesquisa, email, grupos. Trabalhando com arquivos de texto. Trabalhando planilhas eletrônicas. Trabalhando com documentos de apresentação.			
<b>Bibliografia Básica:</b> 1. MANZANO, M. I.; N.G; MANZANO, Andre Luiz N. G. <i>Internet – Guia de Orientação</i> . 1ª Edição. Érica, 2010. 2. OLIVEIRA, R. A. de. <i>Software Livre e BrOffice</i> . Academia, 2009. 3. VELOSO, F de C. <i>Informática, Conceitos Básicos</i> . 8ª Edição. Elsevier(Campus), 2011.			
<b>Bibliografia Complementar:</b> 1. CARVALHO, J. A. <i>Noções de Informática para Concursos</i> . 2ª edição, Campus, 2013. 2. ESTEVES, V. <i>Dominando o Processador de Textos do OpenOffice.org</i> . Ciência Moderna, 2005. 3. FIGUEIREDO, V. <i>Informática Básica para Concursos - 4ª ed</i> . São Paulo: Editora VestCon, 2012. 4. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. <i>Estudo Dirigido de Informática Básica - Col. Pd. - 7ª ed</i> . São Paulo: Editora Érica, 2007. 5. MANZANO, J. A. N. G. <i>Guia Prático de Informática - Terminologia, Microsoft Windows 7 - Internet e Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010 e Microsoft Office Access 2010</i> . Editora Erica, 2011.			

Nome da Disciplina:	História dos Movimentos Sociais (Direito, Estado e Cidadania) (Obrigatória)		
Ano:	1º	Carga Horária:	100h
<b>Ementa:</b> A origem dos conceitos de Estado, Nação, Cidadania e Manifestações Populares; as revoluções liberais no século XVIII e as manifestações de caráter social da modernidade; revolução industrial e movimentos operários; os desdobramentos das teorias socialista e anarquista como bandeiras de movimento sociais no século XIX e XX; reformas urbanas no século XIX e XX e suas implicações sociais. Movimentos de resistência no Brasil colônia e império (indígenas, africanos e livres pobres); ser cidadão na primeira república brasileira (Revolta da Vacina, Massacre de Canudos, Massacre do Contestado, Movimento Operário); problemas no campo, problemas urbanos e suas repercussões sociais. Movimentos sociais no Brasil- Populismo na América Latina; as conquistas trabalhistas e o sufrágio universal no Brasil; ditaduras militares e o cerceamento da liberdade de expressão. Tipos genéricos de movimentos sociais: operário, sindical, rural, urbano, religioso, político, ecológico e as questões referentes ao gênero; princípios dos movimentos sociais da atualidade- direção, orientação política e ideológica, identidade, representação, legitimidade, organização, conscientização, mobilização, participação, prática e articulação.			
<b>Bibliografia Básica:</b> 1. KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. <i>História Geral e Brasil: Trabalho, Cultura, Poder – Ensino Médio</i> . Editora Atual, São Paulo: 2004. 2. MONTANO, C. <i>Estado, classe e movimento social</i> . São Paulo: Cortez, 2010. 3. STEIN, L. de M. <i>Trabalhismo, Círculos Operários e Política: A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)</i> . Belo Horizonte: Annablume, 2008.			
<b>Bibliografia Complementar:</b> 1. CARVALHO, J. M. de. <i>Cidadania no Brasil - o longo Caminho</i> . 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2. FREIRE, P. <i>Pedagogia do Oprimido</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 3. GOHN, M. da G. <i>O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias</i> . São Paulo: Editora Cortez, 2005. 4. GOHN, M. da G. <i>Teoria dos Movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos</i> . São Paulo: Loyola, 1997. 5. MEDEIROS, L. S. <i>História dos movimentos sociais no campo</i> . Rio de Janeiro: FASE, 1989.			

Nome da Disciplina:	Língua Portuguesa (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	100h
<b>Ementa:</b>			
Prática permanente de leitura e escrita de textos diversos. Estratégias de leitura e compreensão de textos variados. Gêneros textuais jornalísticos. Estratégias de leitura. Planejamento, escrita e revisão de textos. Diálogo entre texto verbal e não verbal. Frase em ordem direta: noção de sujeito e predicado. Tópicos gramaticais: formação de palavras e morfologia. Leitura de texto literário: conto, poema e romance.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. CEGALLA, D. P. <i>Novíssima Gramática da língua Portuguesa</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.			
2. COSTA VAL, M. da G. <i>Redação e textualidade</i> . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1991].			
3. THADEI, Jordana; MENDONÇA, Márcia. <i>Viver, aprender</i> . São Paulo: Global, 2013.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. CUNHA, C.; CINTRA, L. F. Lindley. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.			
2. FARACO, C. A. <i>Oficina de texto</i> . Petrópolis: Vozes, 2003.			
3. _____. <i>Interação pela Linguagem</i> . São Paulo: Contexto, 2010.			
4. KOCH, I. G. V. <i>Argumentação e linguagem</i> . São Paulo: Cortez, 2011.			
5. NETO, P. C.; INFANTE, U. <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> . São Paulo: Editora Scipione, 2008.			

Nome da Disciplina:	Língua Estrangeira – Inglês (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Ensinar os alunos a aplicar estratégias de aprendizagem a fim de compreender o que eles leem e também o que ouvem ampliando assim o vocabulário. Ao aluno deverá ser fornecida a possibilidade de desenvolver sua habilidade de expressão oral e escrita em situações de comunicação similares àquelas que fazem parte da sua rotina diária, tanto em sala de aula, quando fora dela. O conhecimento de mundo do aluno será utilizado para auxiliar na compreensão de textos orais e escritos nos mais diversos gêneros textuais.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. AZAR, B.S. e HAGEN, S. A. <i>Fundamentals of English Grammar</i> . 4ª ed. Editora Pearson Longman, 2011			
2. DIAS, R.; JUCÁ, L. e FARIA, R. <i>Inglês Para o Ensino Médio Prime 1</i> . 2ª ed. São Paulo: Editora Macmillan, 2010.			
3. KERNERMAN, L. <i>Password English Dictionary for Speakers of Portuguese</i> . 4ª ed. Martins Editora, 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. GULEFF, V. L., SOKOLIK, M. E., LOWTHER, C. <i>Tapestry Reading 1</i> . Heinle&Heinle. Thomson Learning, 2000.			
2. MCKAY, S. Lee. <i>Teaching English as an International Language</i> . Oxford, 2002.			
3. <i>Oxford Advanced Learner's Dictionary</i> – 8ª ed. Editora Oxford, 2010.			
4. SCHUMACHER, C.; DA COSTA, F. A.; UCICH, R. <i>O Inglês na Tecnologia da Informação</i> . Editora Disal, 2009.			
5. VELLOSO, M. S. <i>Inglês Instrumental para concursos e vestibulares</i> . v. 2. 1ª ed. Brasília: Editora Vestcon, 2011.			

Nome da Disciplina:	Matemática (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Trigonometria no triângulo retângulo, conceitos básicos, resolução de triângulos quaisquer, matrizes, determinantes, sistemas lineares, áreas e geometria espacial.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. DESENSZAJN, D.; IEZZI, G., ALMEIDA, N.; DOLCE, O.; PÉRIGO, R. <i>Matemática, Ciência e Aplicações</i> . v. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.			
2. IEZZI, G. E.; MURAKAMI, C. <i>Fundamentos de Matemática Elementar (11 volumes)</i> . 7ª edição. São Paulo: Editora Atual, 2007.			
3. YOUSSEF, A. N., SOARES, E.; FERNANDEZ, V. P. <i>Matemática</i> . 1ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 2008.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. DANTE, L. R. <i>Matemática</i> . 1ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.			
2. FACCHINI, W. <i>Matemática</i> . Volume único. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.			
3. GOULART, M. C. <i>Matemática no Ensino Médio</i> . São Paulo, Editora Scipione, 2005.			
4. LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C. O. <i>A matemática do ensino Médio (3 volumes)</i> . 6ª edição. Rio de Janeiro: SBM, 2006.			
5. MARCONDES, C. A. DOS. S. <i>Matemática para o Ensino Médio</i> . São Paulo, Editora Ática, 1997.			

Nome da Disciplina:	Biologia (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Introdução e importância do estudo em Biologia. Estudo da composição química dos seres vivos e noções de qualidade alimentar. Estudo da célula: características e funções da membrana, citoplasma e núcleo. Noções básicas de genética e hereditariedade. Estudo e compreensão das doenças sexualmente transmissíveis (DST). Estudo dos métodos contraceptivos. Estudo da diversidade e importância dos seres vivos. Análise da diversidade de vida microscópica, bem como sua relação com o ser humano. Estudo das plantas e introdução à botânica econômica. Estudo da anatomia e fisiologia do corpo humano. Ecologia: conceitos, relações entre os seres vivos e problemas ambientais da atualidade.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. AMABIS, J. M. e MARTHO, G. R. <i>Biologia das células</i> . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.			
2. LINHARES, S. e GEWANDSZNAJDER, F. <i>Biologia - Volume Único</i> . 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.			
3. LOPES, S. e ROSSO, S. <i>Bio: volume 2</i> . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. JUNQUEIRA, L. C. e CARNEIRO, J. <i>Biologia Celular e Molecular</i> . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.			
2. LINHARES, S. e GEWANDSZNAJDER, F. <i>Biologia Hoje: Volume 1</i> . 12. ed. São Paulo: Ática, 2008.			
3. LOPES, S. e ROSSO, S. <i>Bio: volume 1</i> . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
4. MOORE, K.; PERSAUD, T. V. N. e TORCHIA, M. G. <i>Embriologia Básica</i> . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.			
5. ODUM, E. P. e BARRETT, G. W. <i>Fundamentos de Ecologia</i> . São Paulo: Cengage Learning, 2011.			

Nome da Disciplina:	História (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
<p>A América antes dos colonizadores. Expansão marítima e o contato com a África, Ásia e América. Contato e colonização do Novo Mundo. A Idade Moderna na Europa e os reflexos na América. As revoluções da modernidade e a repercussão na América. Renascimento, Reforma Protestante e Unificação dos Estados Nacionais. Os processos de Independência nas Américas Inglesa, Espanhola e Portuguesa. A Família Real no Brasil. Primeiro e Segundo Reinado no Brasil. Nacionalismo e Imperialismo. Sociedade, Industrial e Socialismo. A Primeira República no Brasil. As Américas no início do Século XX. A Revolução Russa. A Primeira Guerra Mundial. Ascensão dos regimes totalitários. Segunda Guerra Mundial. A Era Vargas; Guerra Fria e seus impactos no mundo. O Brasil e o populismo. O tempo das ditaduras - A Ditadura Militar no Brasil. Redemocratização no Brasil e no Mundo. O fim da Guerra Fria a Nova Ordem Mundial. A democracia Consolidada no Brasil.</p>			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
<p>1. BRAICK, P. R.; MOTA, Myrian Becho. <i>História, das Cavernas ao Terceiro Milênio</i> – Volume Único – Ensino Médio. São Paulo: Editora Moderna, 2007.</p> <p>2. MEDEIROS, D. H. de. <i>Histórias para começar a Estudar História</i>. Nova Didática Editora, 2001.</p> <p>3. MOCELLIN, R.; CAMARGO, R. de. <i>História em Debate</i> – Volume Único – Ensino Médio. Guarulhos: Editora do Brasil, 2010.</p>			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
<p>1. ALENCASTRO, L. F. de (org.). <i>História da vida privada no Brasil</i>. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.</p> <p>2. BOULOS JUNIOR, A. <i>História, Sociedade e Cidadania</i>. VOLUME ÚNICO, Ensino Médio. São Paulo: Editora FDT, 2013.</p> <p>3. NOVAIS, F. A. <i>História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa</i>. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>4. SCHWARCZ, L. M. (org.). <i>História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea</i>. Vol. 4. SP, Cia. Das Letras, 1998.</p> <p>5. SEVCENKO, N. (org.). <i>História da vida privada no Brasil</i>. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.</p>			

Nome da Disciplina:	Sociologia (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Formação do Estado Moderno: republicanismo, democracia radical, constitucionalismo, liberalismo que são formas normativas de fundamentação e a contribuição de autores clássicos como: Platão, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquie, Rousseau.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. BAUMAN, Z. (1925). <i>Aprendendo a pensar com a sociologia.</i> / Zygmunt Bauman e Tim May; tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução de Thinking sociologicaly.			
2. COSTA, M. C. C. <i>Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade.</i> 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.			
3. GIDDENS, A. <i>Sociologia.</i> / Anthony Giddens; tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. BOMENY, H. (coord.). <i>Tempos Modernos, tempos de sociologia.</i> / coordenação Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.			
2. DIMENSTEIN, G. <i>Dez lições de Sociologia para um Brasil cidadão.</i> Volume único/Gilberto Dimenstein. Marta M. Assumpção Rodrigues. Álvaro Cesar Giasanti. São Paulo: FTD, 2008.			
3. MARTINS, C. B. <i>O que é sociologia.</i> São Paulo: Brasiliense, 2006.			
4. RAMALHO, J. R. <i>Sociologia para o ensino médio.</i> Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
5. TOMAZI, N. D. <i>Sociologia para o ensino médio.</i> / Nelson Dacio Tomazi. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			

Nome da Disciplina:	Filosofia (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Estudar algumas das principais disciplinas da Filosofia: Ética, Lógica, Política, Antropologia, Psicologia, Filosofia da vida, Ontologia.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. ARANHA, M. da G. de A. <i>Filosofando: Introdução à Filosofia</i> / Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.			
2. CHAUI, M. <i>Convite à Filosofia.</i> 14ª ed. São Paulo / SP. Editora Ática, 2012.			
3. COTRIM, G. <i>Fundamentos de filosofia</i> / Gilberto Cotrim, Mirna Fernandes. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. DUFRENNE, M. <i>Estética e filosofia</i> / Mikel Dufrenne; [tradução Roberto Figurelli]. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Debates; 69 / dirigida por J.Guinsburg).			
2. GALO, S. (coord.). <i>Ética e cidadania: Caminhos da Filosofia: Elementos para o ensino de Filosofia.</i> Ilustração Alexandre J. de Moraes Assumpção. 11. ed. ver. Atualizada – Campinas/São Paulo: Papirus, 2003.			
3. LUCKESI, C. C. <i>Introdução à Filosofia: Aprendendo a pensar.</i> São Paulo: Cortez, 2012.			
4. OLIVEIRA, R. N. N. de. <i>Filosofia: Investigando o pensar.</i> / Raimundo Nonato Nogueira Oliveira, Paulo José de Paula Gadelha. Editora Edjovem: Fortaleza, 2009.			
5. REALE, G.; ANTISERI, D. <i>História da filosofia: vol. 1-7;</i> [traduteo Ivo Storniolo]. São Paulo: Paulus, 2003.			

Nome da Disciplina:	Educação Física (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b> A influência do movimentar e do não movimentar na manutenção da qualidade de vida. O movimento e a prevenção de doenças na velhice. Jogos cooperativos. Danças regionais.			
<b>Bibliografia Básica:</b> 1. BARRETO. D. <i>Dança: ensino – sentidos e possibilidades na escola</i> . Campinas: Autores Associados, 2004. 2. CIAVATTA. M e FRIGOTTO. G. (org.). <i>Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho</i> . Brasília. MEC. SENTEC, 2004. 3. DAOLIO. J. <i>Educação física e o conceito de cultura</i> . Campinas: Autores associados, 2004.			
<b>Bibliografia Complementar:</b> 1. ABRAMOVAY. M e CASTRO. M.G. <i>Ensino Médio: múltiplas vozes</i> . Brasília: MEC, UNESCO, 2003. 2. DUARTE. N. <i>Concepções afirmativas e negativas sobre ato de ensinar</i> . Campinas. Cadernos CEDES, v. 19. n. 44, 1998. 3. DUCKUR. L. C. <i>Em busca de formação de indivíduos autônomos nas aulas de educação física</i> . Campinas: Autores associados, 2003. 4. KUNZ. E. <i>Educação física: ensino e mudanças</i> . Ijuí/RS. Editora Unijuí, 2004. 5. MORAES. A. <i>Orientações Curriculares do Ensino Médio</i> . Brasília – MEC, 2004.			

Nome da Disciplina:	Trabalho e Qualidade de Vida (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b> Qualidade de vida no trabalho: conceitos. Principais abordagens sobre Qualidade vida no trabalho; os aspectos de saúde nas organizações. Qualidade vida no trabalho e ergonomia. O esporte como prática de lazer na empresa. As condições de trabalho, no sentido amplo. O desenvolvimento dos conteúdos propostos relacionados organização, destacando a relação entre a qualidade da decisão de gestão, o bem estar pessoal e o desenvolvimento de planos consensuais de ação. Desenvolve como questões centrais, o amadurecimento moral do indivíduo e a construção, no interior das empresas, de um ambiente comunicativo que incentive a criatividade, a flexibilidade e o trabalho em equipe, num contexto de aprendizagem contínua e melhoria do bem estar pessoal. Destaca ainda a importância das atividades físicas, esportivas e de lazer, preparando o profissional para a utilização correta de instrumentos de intervenção que possibilitem melhorar as relações interpessoais no interior da organização.			
<b>Bibliografia Básica:</b> 1. DINIZ, D. P. <i>Qualidade de vida: saúde e trabalho</i> . 2ª edição. Editora Manole, 2013. 2. FERNANDES, E. <i>Qualidade de vida no trabalho</i> . 5ª edição. Editora Casa da Qualidade, 1996. 3. RODRIGUES, M. V. C. <i>Qualidade de vida no trabalho</i> . 2ª edição. Editora Vozes, 1995.			
<b>Bibliografia Complementar:</b> 1. DOLAN, S. <i>Estresse, auto-estima, saúde e trabalho</i> . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. 2. FALZON, P. <i>Ergonomia</i> . São Paulo: Blucher, 2007. 3. GONÇALVES, A.; VILARTA, R. <i>Qualidade de vida e atividade física</i> . Barueri, SP: Manole, 2004. 4. LIMONGI-FRANÇA, A. C. <i>Qualidade de Vida no Trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial</i> . São Paulo: Atlas, 2007. 5. SOUZA, L. C. <i>Qualidade de vida no trabalho: Saúde emocional e gestão estratégia/ Luís Cláudio Paiva de Souza, Carlos Eduardo Mazzucco Fontes</i> . São Paulo: EDICON, 2009.			

Nome da Disciplina:	Políticas Públicas (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Conceitos de políticas públicas. Ciclo de políticas públicas. Formação da agenda de políticas públicas. Arenas e atores políticos. Formulação e implementação de políticas públicas. Avaliação e monitoramento de políticas públicas. Conceitos de políticas sociais. Estudos de casos e legislação.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. <i>Política Social: Fundamentos e História</i> . São Paulo: Cortez, 2008.			
2. SECCHI, L. <i>Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos</i> . São Paulo: Cengage Learning, 2013.			
3. SILVA, C. L (Org). <i>Políticas públicas e desenvolvimento local: Instrumentos e Proposições de Análise para o Brasil</i> . Rio de Janeiro: Vozes, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. BEHRING, E. R. <i>Política social no capitalismo tardio</i> . São Paulo: Cortez, 2002.			
2. CAVALCANTI, B. S.; ROEUGER, M. A.; SOBREIRA, R. <i>Desenvolvimento e Construção Nacional: Políticas Públicas</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2005.			
3. DALLARI, D. <i>O que é participação política?</i> Coleção primeiro passos. Editora Brasiliense.			
4. FONSECA, D. J. <i>Políticas Públicas e Ações Afirmativas</i> . Editora Summus, 2009.			
5. HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL. A. <i>Política pública: seus ciclos e subsistemas uma abordagem integral</i> . Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.			

Nome da Disciplina:	Empreendedorismo (Obrigatória)		
Ano:	2º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Sociedade capitalista e o espírito empreendedor. Abordagens e tipos de empreendedorismo. Conceitos de empreendedorismo social. Terceiro setor no Brasil. Criatividade e inovação social. Sustentabilidade de negócios. Redes de desenvolvimento comunitário. Responsabilidade Social Corporativa.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. DORRESTEJIN, H.; GONTIJO, M. J.; ROCHA, M. T. <i>Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis: Plano de Negócios como Ferramenta do Desenvolvimento</i> . Editora Peirópolis, 2005.			
2. MARTINS, J. P. S. <i>Responsabilidade Social Corporativa</i> . Editora: Komedi, 2008.			
3. OLIVEIRA, E. M. <i>Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade</i> . Editora Qualitymark, 2007.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; JUNIOR, J. T. S. <i>Gestão social: aspectos teóricos e aplicações</i> . Ijuí: Editora Unijui, 2012.			
2. HOPSTEIN, G.; URANI, A.; SALLES, R. H. <i>Plano de Negócios para Cooperativas e Associações</i> . Dp&A Editora, 2001.			
4. MCKINSEY & COMPANY. <i>Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais</i> . Editora Peirópolis, 2001.			
3. MCKINSEY & COMPANY. <i>Negócios sociais sustentáveis: estratégias inovadoras para o desenvolvimento social</i> . Editora Peirópolis, 2006.			
5. YUNUS, M. <i>Criando um negócio social</i> . Rio de Janeiro: Campus.			

Nome da Disciplina:	Língua Portuguesa (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Prática permanente de leitura e escrita de textos diversos. Estratégias de leitura e compreensão de textos variados. Regência, concordância. Produção de revista coletiva. Produção de livro com relatos pessoais. Produção de Site sobre comunidade onde mora. Leitura de textos literários: grupo de contadores de história.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. CEGALLA, D. P. <i>Novíssima Gramática da língua Portuguesa</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.			
2. COSTA VAL, M. da G. <i>Redação e textualidade</i> . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1991].			
3. KOCH, I. V. <i>Ler e compreender: os sentidos do texto</i> . São Paulo: Contexto, 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.			
2. FARACO, C. A. <i>Oficina de texto</i> . Petrópolis: Vozes, 2003.			
3. _____. <i>Interação pela Linguagem</i> . São Paulo: Contexto, 2010.			
4. KOCH, I. G. V. <i>Argumentação e linguagem</i> . São Paulo: Cortez, 2011.			
5. NETO, P. C.; INFANTE, U. <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> . São Paulo, Editora Scipione, 2008.			

Nome da Disciplina:	Matemática (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Análise combinatória, probabilidade, geometria analítica e análise de gráficos.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. DESENSZAJN, D.; IEZZI, G., ALMEIDA, N.; DOLCE, O.; PÉRIGO, R. <i>Matemática, Ciência e Aplicações</i> . v. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.			
2. IEZZI, G. E.; MURAKAMI, C. <i>Fundamentos de Matemática Elementar (11 volumes)</i> . 7ª edição. São Paulo: Editora Atual, 2007.			
3. YOUSSEF, A. N., SOARES, E.; FERNANDEZ, V. P. <i>Matemática</i> . 1ª edição. São Paulo: Editora Scipione, 2008.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. DANTE, L. R. <i>Matemática</i> . 1ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.			
2. FACCHINI, W. <i>Matemática</i> . Volume único. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.			
3. GOULART, M. C. <i>Matemática no Ensino Médio</i> . São Paulo, Editora Scipione, 2005.			
4. LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P.; WAGNER, E.; MORGADO, A. C. O. <i>A matemática do ensino Médio (3 volumes)</i> . 6ª edição. Rio de Janeiro: SBM, 2006.			
5. MARCONDES, C. A. dos. S. <i>Matemática para o Ensino Médio</i> . São Paulo, Editora Ática, 1997.			

Nome da Disciplina:	Sociologia (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Políticas Públicas, Movimentos Sociais, responsabilidade social, discutindo sobre as duas tendências apresentadas no primeiro e segundo anos expondo as contribuições de autores contemporâneos.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. BAUMAN, Z. (1925). <i>Aprendendo a pensar com a sociologia.</i> / Zygmunt Bauman e Tim May; tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução de Thinking sociologically.			
2. COSTA, M. C. C. <i>Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade.</i> 3ª edição. São Paulo: Moderna, 2005.			
3. GIDDENS, A. <i>Sociologia.</i> / Anthony Giddens; tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. BOMENY, H. (coord.). <i>Tempos Modernos, tempos de sociologia.</i> / coordenação Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.			
2. DIMENSTEIN, G. <i>Dez lições de Sociologia para um Brasil cidadão.</i> Volume único/Gilberto Dimenstein. Marta M. Assumpção Rodrigues. Álvaro Cesar Giasanti. São Paulo: FTD, 2008.			
3. MARTINS, C. B. <i>O que é sociologia.</i> São Paulo: Brasiliense, 2006.			
4. RAMALHO, José Rodorval. <i>Sociologia para o ensino médio.</i> Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
5. TOMAZI, N. D. <i>Sociologia para o ensino médio.</i> / Nelson Dacio Tomazi. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			

Nome da Disciplina:	Filosofia (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Tratar de temas filosóficos que contribui com a concretização do pensamento científico racional, neste serão usados autores contemporâneos que se especializaram nestes temas: Eros, Natureza, Libido, Linguagem, Ser social, Consciência histórica, Ciência, Filosofia...			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. ARANHA, M. da G. de A. <i>Filosofando: Introdução à Filosofia</i> / Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.			
2. CHAUI, M. <i>Convite à Filosofia.</i> 14ª ed. São Paulo / SP. Editora Ática, 2012.			
3. COTRIM, G. <i>Fundamentos de filosofia</i> / Gilberto Cotrim, Mirna Fernandes. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. DUFRENNE, M. <i>Estética e filosofia</i> / Mikel Dufrenne; [tradução Roberto Figurelli]. São Paulo: Perspectiva, 2008. (Debates; 69 / dirigida por J.Guinsburg).			
2. GALO, S. (coord.). <i>Ética e cidadania: Caminhos da Filosofia: Elementos para o ensino de Filosofia.</i> Ilustração Alexandre J. de Moraes Assumpção. 11. ed. ver. Atualizada – Campinas/São Paulo: Papyrus, 2003.			
3. LUCKESI, C. C. <i>Introdução à Filosofia: Aprendendo a pensar.</i> São Paulo: Cortez, 2012.			
4. OLIVEIRA, R. N. N. de. <i>Filosofia: Investigando o pensar.</i> / Raimundo Nonato Nogueira Oliveira, Paulo José de Paula Gadelha. Editora Edjovem: Fortaleza, 2009.			
5. REALE, G.; ANTISERI, D. <i>História da filosofia: vol. 1-7;</i> [traduteo Ivo Storniolo]. São Paulo: Paulus, 2003.			

Nome da Disciplina:	Arte (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Abordagem da História da Arte, Cultura Visual e musical e apreciação artística relacionada ao meio sociocultural nos períodos da: Pré-história, Renascimento, Arte Moderna até a contemporaneidade. Conhecimento das diferentes linguagens artísticas e suas especificidades. Elementos de visualidade e suas relações e aplicações compositivas. Estudo dos conceitos fundamentais da História da Arte, Estética e sensibilização para a música e artes cênicas. Análise dos elementos constitutivos da obra: forma, estilo e iconografia. Valorização do fazer e do fruir arte como forma de conhecer o mundo. Todos estes elementos serão suportados por três eixos norteadores: representação e comunicação; investigação e compreensão; e contextualização sociocultural, articulando os conteúdos e competências mais apropriados para o contexto educativo.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. ARNHEIM, R. <i>Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora</i> . 12ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998.			
2. PROENÇA, G. <i>Descobrimo a História da Arte</i> . São Paulo: Editora Ática, 2005.			
3. STRICKLAND, C. <i>Arte Comentada: da pré-história ao pós-moderno</i> . Tradução: Ângela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2002.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. BENNETT, R. <i>Forma e estrutura na música</i> . Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1986.			
2. CARPEAUX, O. M. <i>O livro de Ouro da História da Música</i> . Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2001.			
3. FRANCASTEL, P. <i>Imagem, visão e imaginação</i> . Lisboa: Editora Ediouro, 1983.			
4. HERNÁNDEZ, F. <i>Catadores da Cultura Visual</i> . Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.			
5. PEDROSA, I. <i>Da cor a cor inexistente</i> . 10ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.			

Nome da Disciplina:	Educação Física (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Orientação postural. A ditadura do corpo “perfeito”. Noções de nutrição em relação à atividade física. Diferenças entre jogos e esporte. Dança de salão.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. BARRETO. D. <i>Dança: ensino – sentidos e possibilidades na escola</i> . Campinas: Autores Associados, 2004.			
2. CIAVATTA. M e FRIGOTTO. G. (org.). <i>Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho</i> . Brasília. MEC. SENTEC, 2004.			
3. DAOLIO. J. <i>Educação física e o conceito de cultura</i> . Campinas: Autores associados, 2004.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. ABRAMOVAY. M. e CASTRO. M. G. <i>Ensino Médio: múltiplas vozes</i> . Brasília: MEC, UNESCO, 2003.			
2. DUARTE. N. <i>Concepções afirmativas e negativas sobre ato de ensinar</i> . Campinas. Cadernos CEDES, v. 19. n. 44, 1998.			
3. DUCKUR. L. C. <i>Em busca de formação de indivíduos autônomos nas aulas de educação física</i> . Campinas: Autores associados, 2003.			
4. KUNZ. E. <i>Educação física: ensino e mudanças</i> . Ijuí/RS. Editora Unijuí, 2004.			
5. MORAES. A. <i>Orientações Curriculares do Ensino Médio</i> . Brasília – MEC, 2004.			

Nome da Disciplina:	Economia Familiar e Popular Solidária (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Desenvolvimento capitalista <i>versus</i> Desenvolvimento solidário. Conceitos de Economia Popular Solidária. Autogestão. Geração de trabalho e renda. Movimentos e redes de economia solidária. Incubadoras de empreendimentos solidários. Comércio justo. Tecnologia social. Finanças e crédito solidário.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. BRASIL. <i>Economia Solidária</i> . ProJovem Campo: Saberes da Terra, Brasília: MEC, 2010. Caderno Pedagógico Educadoras e Educadores.			
2. LIANZA, S.; ADDOR, F. (org.). <i>Tecnologia e desenvolvimento social e solidário</i> . Porto Alegre, 2005.			
3. SINGER, P. <i>Introdução à Economia Solidária</i> . São Paulo, 2002.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. BRASIL. <i>Economia solidária, outra economia acontece</i> . Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social.			
2. SANTOS, B. S. <i>Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista</i> . Rio de Janeiro, 2005.			
3. SINGER, P. <i>Uma política de economia solidária</i> . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.			
4. VARANDA, A. P. M.; BOCAYUVA, P. C. C. (org.). <i>Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária</i> . Rio de Janeiro, 2009.			
5. VARANDA, A. P. M.; BOCAYUVA, P. C. C. (org.). <i>Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas</i> . Rio de Janeiro, 2009. FASE/IPPUR/LASTRO/UFRJ.			

Nome da Disciplina:	Elaboração e Gestão de Projetos Sociais (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	100h
<b>Ementa:</b>			
Estudo sobre as organizações não governamentais. Elaboração e análise de projetos sociais. Avaliação dos contextos interno e externo, políticos, sociais e institucionais dos projetos. Voluntariado e trabalho não-remunerado. Governança local: colaboração e disseminação. Recursos Humanos e liderança. O Ciclo da Negociação e a execução das ações dos projetos sociais. Institucionalização dos projetos sociais. Sustentabilidade dos projetos sociais. O Compromisso com a Educação Comunitária. As instituições comunitárias. Administração de projetos de organizações sem fins lucrativos. A aprendizagem provocada pelos erros nos processos de gestão de projetos sociais. Experiências de projetos sociais desenvolvidos em comunidades periféricas do Brasil. Estudo prático da gestão de instituições comunitárias. Amadorismo, profissionalismo e compromisso com os projetos de cunho social.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. DRUCKER, P. E. <i>Administração de Organizações sem Fins Lucrativos: Princípios e Práticas</i> . São Paulo: Pioneira, 1995.			
2. FERREIRO, E. (org.). <i>Os Filhos do Analfabetismo</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.			
3. FREIRE, P. <i>Educação e Mudança</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, Ezequiel. <i>Avaliação de Programas e Serviços Sociais</i> . Petrópolis: Vozes, 1994.			
2. CAPRILES, R. M. <i>O Nascimento da Pedagogia Socialista</i> . São Paulo: Scipione, 1989.			
3. LANDIM, L. (org.). <i>As ONG'S no Brasil</i> . Rio de Janeiro: ISER, 1988.			
4. MORAES, M. <i>A Aprendizagem da Escrita por Crianças de Classes Populares: Discutindo uma Prática Pedagógica</i> . Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.			
5. PERUZZO, C. M. K. <i>Comunicação nos Movimentos Populares: A Participação na Construção da Cidadania</i> . Petrópolis: Vozes, 1998.			

Nome da Disciplina:	Comunicação e Mobilização Social (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Difusionismo e concepção instrumentalista de comunicação. Paulo Freire e a concepção dialógica no extensionismo. Comunicação de massas e matrizes culturais na América Latina. Metodologias alternativas, mídia radical, movimentos populares e novas propostas de comunicação no meio urbano e rural. A Sociedade da Informação e a exclusão digital.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. FREIRE, P. <i>Extensão ou Comunicação</i> . 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.			
2. HENRIQUES, M. S. <i>Mobilização Social</i> . Belo Horizonte: Lumina, 2003.			
3. MATTELART, A. <i>A "revolução das esperanças crescentes"</i> . Comunicação-mundo. Petrópolis: Vozes, 1994.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. ARAÚJO, I. <i>A reconversão do olhar</i> . São Leopoldo: Unisinos, 2000.			
2. BAITELLO JUNIOR, N. <i>O tempo lento e o espaço nulo</i> . Mídia primária, secundária e terciária. Disponível em: <a href="http://www.pucsp.edu/ciscm/midiaprimaria.pdf">www.pucsp.edu/ciscm/midiaprimaria.pdf</a> .			
3. CASTELLS, M. <i>A sociedade em rede</i> . São Paulo: Paz e Terra, 1999.			
4. CIMADEVILLA, G.; CARNIGLIA, E. (Eds.) <i>Comunicación, ruralidad y desarrollo</i> . Mitos, paradigmas y dispositivos del cambio. Buenos Aires: INTA, 2004.			
5. DUARTE, J.; RIBEIRO, R. M. <i>Comunicação em ciência e tecnologia</i> . Brasília: Embrapa, 2006.			

Nome da Disciplina:	Relações Interpessoais e Sociais (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
Concepções sobre o processo inter-relacional humano. Competência Interpessoal. Comunicação interpessoal. Técnicas de relações interpessoais. Técnicas de comunicação. Relações de atendimento ao público. Aspectos de comportamento e personalidade. Relações humanas e interpessoais no trabalho. Posturas pessoais dificultadoras das relações interpessoais. Emoções no Trabalho. Aspectos relacionados às necessidades básicas da sociedade. Técnicas de liderança. Leis e aplicabilidade de dinâmica de grupo. Ética no trabalho e nas relações humanas. Gestão de recursos Humanos. Técnicas de motivação e trabalho em grupo e Técnicas de organização pessoal e do trabalho.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. CHIAVENATO, I. <i>Gerenciando com as Pessoas</i> : Transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 335p.			
2. DEL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z. A. P. <i>Psicologia das relações interpessoais</i> : Vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.			
3. JUDGE, T. A. et al. <i>Comportamento Organizacional</i> : teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 633p.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. CATALDI, M. J. G. <i>O stress no ambiente de trabalho</i> . 1.ed. São Paulo: LTr, 2002.			
2. CHIAVENATO, I. <i>O novo papel dos recursos humanos na organização</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.			
3. FRITZEN, S. J. <i>Relações humanas interpessoais</i> : nas convivências grupais e comunitárias. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.			
4. JAMES C. H. <i>O Monge e o Executivo</i> . Revista Você S/A, 2006.			
5. ROBBINS, S. <i>Comportamento Organizacional</i> . 11. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2005.			

Nome da Disciplina:	Desenvolvimento Sustentável (Obrigatória)		
Ano:	3º	Carga Horária:	66h40
<b>Ementa:</b>			
História do conceito de Desenvolvimento Sustentável. As diversas dimensões do Desenvolvimento Sustentável: Econômica, social, política, ambiental, tecnológica. Os sistemas indicadores de sustentabilidade. As novas tecnologias como paradigma para o desenvolvimento sustentável. A crítica aos usos do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Sustentável e movimentos sociais.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. SACHS, I. <i>Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2002.			
2. SIMONETTI, M. C. L. (Org.). <i>A (in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais</i> . São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.			
3. VEIGA, J. E. <i>Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI</i> . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. BRASIL. <i>Protocolo de Quioto</i> . Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia (tradução e edição). 2000. 29 p. Disponível em: <a href="http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12425.pdf">http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12425.pdf</a> . Acesso em: 11 dez. 2013.			
2. FOSTER, J. B. <i>A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.			
3. SANTOS, B. de S. (Org.). <i>Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.			
4. SINGER, P. et al. (Orgs.). <i>Economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego</i> . São Paulo: Contexto, 2000.			
5. VEIGA, J. E. <i>Mundo em Transe: do Aquecimento Global ao Ecodesenvolvimento</i> . Campinas: Editora Autores Associados, 2009.			

Nome da Disciplina:	Língua Estrangeira – Espanhol (Optativa)		
Ano:	2º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Aspectos histórico-culturais da língua espanhola no contexto mundial. Estruturas básicas voltadas à interação sociocomunicativa com ênfase nas quatro habilidades: audição, fala, leitura e escrita.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. ALVES, A.; M. MELLO, A. <i>Mucho</i> . Ed. Moderna.			
2. BRUNO, F. C.; MENDONZA, M. A. <i>Hacia el Español</i> . Ed. Saraiva.			
3. DICIONÁRIO <i>Larousse míni</i> : português-espanhol. 1. ed. bras. Larousse, 2005.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. CASTRO, F. et alii. <b>Madrid</b> : Edelsa, 1991. Ven 1, Ven 2, Ven 3.			
2. MILANI, E. M. <i>Gramática de Espanhol para brasileiros</i> . São Paulo: Saraiva, 2006.			
3. BRUNO, F. C. & MENDOZA, M. A. <i>Hacia el español - curso de lengua y cultura hispánica</i> . São Paulo: Saraiva, 2005.			
4. ALONSO, E. <i>¿Cómo ser profesor y querer seguir siéndolo?</i> Madrid: Edelsa, 1994.			
5. MARTIN, I. R. <i>Síntesis</i> . Ed. Ática.			

Nome da Disciplina:	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Optativa)		
Ano:	2º	Carga Horária:	33h20
<b>Ementa:</b>			
Introdução do ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e à modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Criar oportunidades para a prática de LIBRAS e ampliar o conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo. Ensino com base nas competências e habilidades. Novas tendências pedagógicas e sua ação social, tendo em vista uma sociedade inclusiva.			
<b>Bibliografia Básica:</b>			
1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. L. Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.			
2. FELIPE, T. A. Libras em contexto. Brasília: MEC/SEESP, 2007.			
3. COUTINHO, D. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
1. QUADROS, R. M. de; KARNOP, L. B. Língua dos Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
2. SACKS, O. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
3. Brasil. MEC/CENESP. Princípios básicos da educação especial. Brasília: MEC/CENESP, 1974.			
4. GUARINELLO, A. C. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007.			
5. SKILAR, C. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.			

#### 6.4. Atividades Complementares

O Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio não contempla Atividades Complementares obrigatórias, sendo estas facultativas ao alunado. Por entender que a concretização de uma formação sólida e multidisciplinar depende diretamente de atividades que sejam realizadas extra Câmpus, o corpo docente, em conformidade com legislação específica, deverá possibilitar que o estudante participe de tais atividades extraclasse, bem como a participação em eventos, congressos e seminários e execução de projetos relacionados ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

#### 6.5. TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso consiste em registro dos resultados alcançados em um projeto de intervenção proposto e executado pelo estudante. Serão aceitos, para esta modalidade, os seguintes gêneros textuais: a) Relatório; b) Memorial em que o aluno demonstre a relação entre sua trajetória de vida, avaliação crítica e intervenção em seu espaço de vivência.

Assim, ao longo do primeiro ano, as diversas disciplinas devem propor trabalhos que favoreçam a construção de um diagnóstico da realidade individual e social do aluno. Ao longo do segundo ano, o estudante construirá, a partir do diagnóstico feito, um projeto de intervenção cujo foco esteja em algum problema ou potencialidade detectados pelo estudante em seu contexto de vivência. Tal projeto deve ser executado ao longo do terceiro ano. Os resultados dessa intervenção serão registrados, como já foi dito, em forma de relatório ou memorial em que fique evidente a relação entre sua trajetória de vida e a intervenção proposta.

## **6.6. Prática profissional**

No decorrer do curso, o estudante estará envolvido com disciplinas e estágio que visam também prepará-lo para o mundo do trabalho, considerando-o como um espaço importante para o exercício de uma postura cidadã.

### **6.6.1. Desenvolvimento de Projetos**

No decorrer do curso, o aluno deverá perceber a relação indissociável entre os conteúdos e a prática de intervenção por ele proposta em forma de projetos. Dessa maneira, a formação se dará de modo mais significativo. Pretende-se que o aluno seja capaz de se envolver com projetos de caráter social e de geração de renda, de modo que tal prática resulte em intervenções em seu contexto de vivência.

### **6.6.2. Estágio Curricular**

Segundo o Art. 1º da Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 o estágio é:

(...) ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Através do estágio supervisionado o educando tem a oportunidade de conhecer e aprimorar as competências e habilidades exigidas no exercício profissional, o que contribuirá com seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho. O professor orientador será responsável por assessorar, acompanhar e avaliar as atividades do estagiário e o representante da instituição pública ou privada que o acolher designará um supervisor para acompanhar e avaliar suas atividades no local de estágio. Toda a documentação relativa ao estágio será disponibilizada pelo servidor ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais vinculado à Coordenação de Pesquisa e Extensão. O estágio faz parte da organização curricular do Curso Técnico em Orientação Comunitária Integrado ao Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos com carga horária mínima de 200h (duzentas horas).

O estágio terá início a partir do segundo ano do curso, sendo que, o educando deverá cumprir preferencialmente 100h (cem horas) de estágio no segundo ano e 100h (cem horas) no terceiro ano, lembrando que a jornada de atividade em estágio não poderá ultrapassar 6h (seis horas) diárias e 30h (trinta horas) semanais. Durante o período sem aulas presenciais o estudante poderá ter jornada de até 40h (quarenta horas) semanais. A conclusão do estágio curricular obrigatório é requisito para aprovação e obtenção de diploma; o estágio será regido por legislação específica e os casos omissos serão analisados pela Coordenação do Curso.

### **6.7. Diretrizes Curriculares e Procedimentos Pedagógicos**

A mediação pedagógica parte de uma concepção radicalmente oposta aos sistemas de instrução baseados na primazia do ensino como mera transferência de informação. A expressão “mediação pedagógica”, significa o tratamento dos conteúdos e das formas de expressão dos diferentes assuntos (disciplinas), a fim de tornar possível o ato educativo dentro do horizonte de uma educação concebida como participação, criatividade, expressividade e relacionalidade. O tratamento pedagógico propriamente dito, desenvolve os procedimentos mais adequados, para que a auto-aprendizagem converta-se em ato educativo.

## 7. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Sabendo que todos os processos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem devem ser coerentes com a concepção e características do Curso em questão: Técnico em Orientação Comunitária Integrado ao Ensino Médio, a proposta deste item no Projeto leva em consideração uma premissa básica: a prática avaliativa dos docentes tomará como referência não só as ações em sala de aula, mas igualmente a relação dos alunos num contexto mais amplo, para além dos muros da IFSULDEMINAS, Câmpus Passos.

Da mesma forma, acredita-se que a avaliação não deverá simplesmente legitimar um determinado tipo de saber que tradicionalmente é reproduzido pelas escolas. A avaliação será concebida a partir de uma perspectiva qualitativa e dinâmica de toda a ação pedagógica, em que o ensino e a aprendizagem se complementam. Nesse sentido, as avaliações da aprendizagem não terão caráter classificatório ou arbitrário, funcionando enquanto um instrumento de controle. Há que se considerar uma relação entre a ação e a reflexão, primando pela qualidade e pelo processo de aprendizagem. Assim, a avaliação será compreendida como uma maneira de diagnosticar as dificuldades dos alunos, objetivando uma tomada de decisão que colabore para o sucesso do estudante e que assegurem aos mesmos uma real aquisição dos conhecimentos que necessitam para sua formação.

As avaliações são carregadas de propósitos, valores e finalidades, daí a necessidade de meios instrumentais múltiplos, afinal os estudantes possuem ritmos e formas diferentes de aprendizagem. Tendo como princípio que a aprendizagem é uma via de mão dupla, a avaliação também aponta para o docente possíveis problemas no seu próprio desempenho. Portanto, além de considerar a função diagnóstica da avaliação, o professor também, diante dos resultados obtidos, se propará a mudanças no sentido de melhorar o resultado detectado.

Sabe-se que a avaliação é uma prática eminentemente humana, portanto se os resultados apresentam-se insatisfatórios, o diálogo, a reavaliação dos trabalhos e o estímulo para que os alunos continuem estudando e tendo confiança em si mesmos é primordial. Não há como negar a importância da avaliação da aprendizagem, entretanto, esta não pode ficar restrita ao ambiente escolar, inclusive considerando a concepção do Curso proposto, onde as aprendizagens ali produzidas servirão a finalidades políticas, culturais, sociais e econômicas.

## 7.1. Da Frequência

Com base no *Regimento Acadêmico dos Cursos Técnicos Integrados (2013)*:

Art. 14. É obrigatória, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do ano letivo, conforme Art. Da LDB 9.394/96.

§ 1º. O controle da frequência é de competência do docente, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua frequência. Como ação preventiva, o docente deverá comunicar formalmente a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando ou outro setor definido pelo câmpus, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo.

§ 2º. Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo entregues diretamente no setor definido pelo câmpus em que o discente está matriculado.

a. Em caso de atividades avaliativas, a ausência do discente deverá ser comunicada por ele, ou responsável, ao setor definido pelo câmpus até 2 (dois) dias após a data da aplicação. Formulário devidamente preenchido deverá ser apresentado ao mesmo setor no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a data de seu retorno à instituição. Neste caso, o estudante terá a falta justificada e o direito de receber avaliações aplicadas no período/dia.

§ 3º. Serão considerados documentos para justificativa da ausência:

I - Atestado Médico.

II - Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus.

III – Declaração de participação em evento acadêmico, científico e cultural sem apresentação de trabalho.

IV- Atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina.

§ 4º. O não comparecimento do discente à avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação na disciplina.

Art. 15. Para o abono de faltas o discente deverá obedecer aos procedimentos a serem seguidos conforme o Decreto-Lei nº 715/69, Decreto-Lei nº 1.044/69 e Lei nº 6.202/75.

Parágrafo único: O discente que representar a instituição em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho, eventos esportivos, culturais, artísticos e órgãos colegiados terá suas faltas abonadas, com direito às avaliações que ocorrerem no período de ausência na disciplina, mediante documentação comprobatória até 2 (dois) dias após seu retorno à instituição apresentada ao coordenador de curso.

Art. 16. Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta para a quantificação da frequência e o conteúdo não será registrado.

Art. 17. Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o docente deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula, lançando presença aos participantes da aula.

## 7.2. Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

Com base no *Regimento Acadêmico dos Cursos Técnicos Integrados (2013)*:

Art. 18. O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

Parágrafo único: O docente deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes através do diário de classe ou qualquer outro instrumento de registro adotado.

I - As avaliações poderão ser diversificadas e obtidas com a utilização de instrumentos tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, autoavaliação e outros;

a. Nos planos de ensino deverão estar programadas, no mínimo, duas avaliações formais bimestrais conforme os instrumentos referenciados no inciso I, devendo ser respeitado o valor máximo de 50 (cinquenta) por cento para cada avaliação do valor total do bimestre.

b. O docente deverá publicar as notas das avaliações e revisar a prova em sala de aula até 14 (quatorze) dias consecutivos após a data de aplicação.

c. Em caso de afastamento legal do docente, o prazo para a apresentação dos resultados das avaliações e da revisão da avaliação poderá ser prorrogado.

II - Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas neste documento.

a. O docente poderá alterar o critério de avaliação desde que tenha parecer positivo do colegiado de curso com apoio da supervisão pedagógica.

III – Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de nota, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível no setor definido pelo câmpus.

IV - O docente deverá registrar as notas de todas as avaliações e as médias para cada disciplina.

Art. 19. Os docentes deverão entregar o Diário de Classe corretamente preenchido com conteúdos, notas, faltas e horas/aulas ministradas no setor definido pelo câmpus dentro do prazo previsto no Calendário Escolar. Para os casos nos quais são usados sistemas informatizados, o referido preenchimento deverá seguir também o Calendário Escolar.

Art. 20. Os cursos da educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio adotarão o sistema de avaliação de rendimento escolar de acordo com os seguintes critérios:

I – Serão realizados em conformidade com os planos de ensino, contemplando os ementários, objetivos e conteúdos programáticos das disciplinas.

II – O resultado médio do ano será expresso em notas graduadas de zero (0,0) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal.

III – As notas serão bimestrais, variando de 0 (zero) a 10 (dez) pontos em cada bimestre.

IV – As avaliações bimestrais terão caráter qualitativo e quantitativo e deverão ser discriminadas no projeto pedagógico do curso.

Art. 21. Será atribuída nota zero (0,0) a avaliação do discente que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

Art. 22. Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios abaixo, resumidos no Quadro 1.

I. O discente será considerado APROVADO quando obtiver média anual nas disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta) por cento e frequência (Fr) igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento, da carga horária total anual.

II. O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta) por cento no semestre (média aritmética das notas bimestrais correspondentes ao semestre) terá direito à recuperação semestral. O cálculo da nota final do semestre, após a recuperação correspondente ao período, será a partir da média aritmética da média semestral mais a avaliação de recuperação semestral. Se a média semestral, após a recuperação, for menor que a nota semestral antes da recuperação, será mantida a maior nota.

III. Terá direito ao exame final, ao término do ano letivo, o discente que obtiver média anual (média aritmética dos dois semestres) igual ou superior a 30,0% (trinta) e inferior a 60,0% (sessenta) por cento e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) por cento no total das disciplinas. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. A média final da disciplina após o exame final (NF) será calculada pela média ponderada do valor de sua média anual da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3.

$$NF = \frac{[(MD + (EF \times 2))]}{3}$$

**Fórmula:**

onde, NF= nota final; MD = média da disciplina e EF = exame final

IV. Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.

V. Estará REPROVADO o discente que obtiver MD Anual inferior a 30,0% (trinta) ou nota final (NF) inferior a 60,0% (sessenta) por cento ou Frequência inferior a 75% (setenta e cinco) por cento no total das disciplinas.

**Quadro 06** - Resumo de critérios para efeito de aprovação nos Cursos Técnicos INTEGRADOS do IFSULDEMINAS.

CONDIÇÃO	SITUAÇÃO FINAL
$MD \geq 60,0\%$ e $FT \geq 75\%$	APROVADO
$MD \text{ SEMESTRAL} < 60,0\%$	RECUPERAÇÃO SEMESTRAL
$30,0\% \leq MD \text{ ANUAL} < 60,0\%$ e $FT \geq 75\%$	EXAME FINAL
$MD \text{ ANUAL} < 30,0\%$ ou $NF < 60,0\%$ ou $FT < 75\%$	REPROVADO

MD – média da disciplina;

FT – frequência total das disciplinas;

NF – nota final.

Parágrafo único. Somente poderá realizar o exame final aquele que prestou todas as provas de recuperação, salvo quando amparados legalmente.

Art. 23. O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida no setor definido pelo câmpus num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

Art. 24. O discente deverá repetir todas as disciplinas do período letivo, se houver reprovação.

Art. 25. Haverá dois modelos de recuperação que o discente poderá participar:

I. Recuperação paralela – realizada todas as semanas durante o horário de atendimento docente aos discentes e outros programas institucionais com o mesmo objetivo.

a. O docente ao verificar qualquer situação do discente que está prejudicando sua aprendizagem deverá comunicá-lo oficialmente a necessidade de sua participação nos horários de atendimento ao discente e aos demais programas institucionais com o mesmo objetivo.

b. A comunicação oficial também deverá ser realizada a Coordenadoria Geral de Ensino (CGE) que delegará o encaminhamento.

c. O docente deverá registrar a presença do discente comunicado oficialmente para participar do horário de atendimento ao discente.

d. Os responsáveis pelo acompanhamento dos demais programas institucionais que visam à melhoria da aprendizagem do discente deverão registrar a presença do discente comunicado oficialmente.

II. Recuperação semestral – recuperação avaliativa de teor quantitativo aplicada ao final do semestre quando o discente se enquadrar na situação apresentada no Quadro 1.

Art. 26. O conselho de classe anual ficará responsável pela avaliação da promoção do discente que não obtiver aprovação em até 2 (duas) disciplinas/eixos temáticos ou equivalente de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 27. A revisão de nota deverá ser efetivada por um outro docente da área indicado pelo coordenador do curso. A nota final do discente, neste caso, será calculada pela média aritmética de ambas notas.

Em relação à Recuperação Semestral, periodicamente serão organizadas conselhos de classe com todos os professores do curso com o objetivo de discutir rendimentos, frequências e acompanhar individualmente cada estudante, identificando possíveis problemas e assim poder orientá-los durante o curso.

Ao final de cada semestre letivo, caso o estudante permaneça com resultado inferior a 60% da soma dos pontos semestrais, ele fará jus à recuperação semestral, que deverá abordar os conteúdos relativos aos 2 (dois) bimestres que compõem o respectivo semestre em questão, ficando a cargo do professor da disciplina a responsabilidade de orientação para os estudos e exame semestral.

O cálculo da nota final após a recuperação semestral seguirá a seguinte fórmula:

$$\text{Fórmula: } NS = \frac{(Na + Nr)}{2}$$

Onde:

- ♣ *NS: Nota semestral após a recuperação*
- ♣ *Na: Nota obtida pelo estudante no semestre*
- ♣ *Nr: Nota obtida pelo estudante na prova de recuperação semestral*

Caso a NS após a realização da recuperação seja inferior à Na, será mantida a Na do estudante. Se a NS for superior a 60% da nota semestral será mantido o valor obtido no processo de recuperação semestral.

### **7.3. Do Conselho de Classe**

Com base no *Regimento Acadêmico dos Cursos Técnicos Integrados (2013)*:

### **7.4. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular**

#### **7.4.1. Terminalidade Específica**

A LDBEN 9.394/96, em seu Art. 59, prevê a certificação de escolaridade chamada terminalidade específica. Neste mesmo artigo, a LDBEN preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. A terminalidade específica é assegurada, então, àqueles estudantes que não atingiram o nível exigido para a conclusão do curso em virtude de suas deficiências.

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

(...) é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla (2001).

A terminalidade específica é, então, um recurso possível em que deve ser respeitado a legislação vigente, estando em consonância com o regimento e o projeto pedagógico escolar.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nos mesmos níveis, etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

As escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins.

Dessa forma, a terminalidade específica configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção destas pessoas no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

#### 7.4.2. Flexibilização Curricular

É de atribuição e responsabilidade do professor visto que envolve as suas ações na sala de aula, porém, pressupõe o apoio da equipe multidisciplinar. As adaptações podem ser divididas em:

- *Adaptação de Objetivos:* estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do estudante com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.
- *Adaptação de Conteúdo:* os tipos de adaptação de conteúdo podem ser a priorização de tipos de conteúdos, a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.
- *Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática:* modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas que havia originalmente planejado para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade nas atividades, apresentando a atividade passo a passo. Eliminar os componentes da cadeia que constitui a atividade, dividindo a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um e outro.
- *Adaptação de materiais utilizados:* são vários recursos que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de vários tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.
- *Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem:* O professor pode organizar o tempo das atividades propostas, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus consequentes conteúdos.

## **8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS**

Na Resolução Nº 28/2013 do IFSULDEMINAS, de 17 de Setembro de 2013, que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio, consta o seguinte:

Art. 47 - Não haverá aproveitamento de conteúdos curriculares nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio, exceto no caso descrito no Parágrafo único do Art. 11 deste regimento.

No referido Parágrafo único do Art. 11, consta: “O candidato que já tiver concluído o ensino médio terá somente a possibilidade de matricular-se no PROEJA, caso haja vaga ociosa”.

## 9. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

### 9.1. Infraestrutura Física

O Câmpus Passos apresenta a seguinte estrutura atualmente:

- 09 salas de aula, sendo 02 com adaptações para EAD (equipamentos);
- 01 sala para Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD ) e Comissão Interna de Servidores (CIS);
- 01 lavanderia;
- 06 banheiros para discentes com adaptações para pessoas com necessidades específicas e mais 2 na área do Refeitório
- 04 laboratórios de informática com trinta computadores em cada um e outro em fase de implantação;
- 01 laboratório de hardware;
- 01 laboratório de redes;
- 01 laboratório de enfermagem;
- 01 laboratório de modelagem;
- 01 sala para grêmio Estudantil;
- 01 laboratório de corte/costura;
- 01 sala para Grupo de estudos e Análise de Projetos (GEAPE);
- 01 biblioteca;
- 01 sala de atendimento psicológico;
- 01 sala de atendimento assistente social;
- 01 sala para coordenadora de cursos;
- / 01 sala Webconferência e EAD;
- 01 núcleo de TI com 04 salas;
- 01 sala de professores;
- 01 sala para Coordenação Geral de Ensino e Pesquisa e Extensão;
- 01 sala para Coordenação Geral de Administração e Finanças;

- 01 sala para Coordenação Geral de Planejamento, Compras, Almoxarifado e Patrimônio;
- 01 sala para Direção de Administração;
- 01 sala para a Direção Geral;
- 01 sala para Direção Ensino, técnico em Assuntos Educacionais e Técnicos Administração;
- 01 sala para Pronatec;
- 01 sala para a recepção; ( anexo assistente de estudante )
- 01 secretaria;
- 01 sala de Enfermagem para atendimento de Primeiros Socorros;
- 02 copas;
- 02 Banheiros para servidores com adaptações para pessoas com necessidades específicas;
- 06 Banheiros para servidores sem adaptações;
- 01 espaço destinado à lanchonete;
- 01 área de convivência;
- 01 depósito de material de limpeza;
- 01 sala para gestão de Pessoas e Contabilidade;
- 01 Guarita com copa, banheiro e vestiário;
- 01 almoxarifado;
- 01 sala para distribuição de energia;
- 01 sala para Jornalista e Chefe de gabinete;
- 01 refeitório com área de alimentação e 08 dependências internas para área de manipulação, antissepsia, câmara fria, estoque seco e gerência.
- 01 depósito de ferramentas;
- 01 depósito de materiais esportivos.

Os espaços internos e externos possibilitam acessibilidade às pessoas com necessidades específicas.

## 9.2 Biblioteca

A biblioteca do IFSULDEMINAS – Câmpus Passos possui uma área de 616,58m<sup>2</sup>.

A biblioteca teve suas atividades iniciadas em janeiro de 2012 e possui:

- 01 (uma) sala de estudo com 05 (cinco) mesas e 04 (quatro) assentos cada, uma sala com estantes para compor o acervo bibliográfico;
- 02 (duas) mesas para PNE;
- 17 (dezesete) cabines para estudo individual;
- 03 (três) salas para estudo em grupo com 01 (uma) mesa e 06 (seis) assentos para cada;
- 01 (uma) sala para a gestão do acervo com 01 (um) computador para catalogação do acervo e trabalhos administrativos,
- 01 (um) mesa com 08 (oito) assentos,
- 02 (duas) mesas para trabalho de processamento técnico de materiais,
- 04 (quatro) estantes de livros,
- 03 (três) armários para arquivo;
- 01 (uma) sala para bibliotecária com 01 (um) computador para catalogação do acervo e trabalhos administrativos,
- 02 (dois) armários para arquivo;
- 02 (duas) mesas para trabalho;
- 01 (um) ambiente com 02 (dois) estofados para leitura de periódicos
- 02 (dois) expositores para novas aquisições;
- 01 (uma) ambiente com 10 (dez) computadores para acesso à Internet para fins de digitação de trabalhos escolares e de pesquisa na internet;
- 01 (um) balcão para realização de atendimento ao usuário com 01 (um) computador e 02 (dois) assentos;
- 08 (oito) banheiros masculinos;
- 01 (um) banheiro masculino para PNE;
- 08 (oito) banheiros femininos;
- 01 (um) banheiro feminino para PNE;

O acervo bibliográfico da Biblioteca do IFSULDEMINAS – Câmpus Passos atualmente é constituído de material impresso (1550 exemplares de livros, 03 (três) assinaturas de periódicos, sendo 01 (um) jornal e 02 (duas) revistas). É utilizada a Tabela de Classificação Decimal de Dewey, a Tabela de Pha, Código de Catalogação Anglo-Americano para fazer o processamento técnico deste acervo bibliográfico. O sistema de gerenciamento de acervo bibliográfico utilizado pelas bibliotecas do IFSULDEMINAS é o Grutesca (desenvolvido pela SOLIS). A base de dados catalográfica pode ser consultada através da internet, o link encontra-se disponível através do site da Instituição.

A Biblioteca do IFSULDEMINAS – Câmpus Passos tem como objetivo oferecer serviços informacionais, tais como: orientação a consulta e pesquisa, normalização bibliográfica; empréstimo domiciliar do acervo bibliográfico; pesquisa bibliográfica em base dados; disseminação seletiva de informações.

## 10. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Na Resolução Nº 28/2013 do IFSULDEMINAS, consta os seguintes Artigos:

Art. 43 – O IFSULDEMINAS expedirá diploma de Técnico de Nível Médio aos que concluírem todas as exigências do curso em que estiver matriculado de acordo com a legislação em vigor.

Art. 44 – A Diplomação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio efetivar-se-á somente após o cumprimento, com aprovação em todos os componentes da matriz curricular do projeto pedagógico do curso.

§ 1º – A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme a data prevista no Calendário Escolar.

§ 2º – Caso o discente esteja ausente na colação de grau na data prevista no Calendário Escolar, uma nova data será definida pelo Reitor do IFSULDEMINAS ou seu representante legal, conforme sua disponibilidade.

Assim, os estudantes que concluírem com aproveitamento o Curso Técnico em Orientação Comunitária integrado ao Ensino Médio farão jus à obtenção de diploma que possuirá validade para fins de habilitação ao exercício profissional na referida área, sendo que ainda poderá dar continuidade aos seus estudos, em instituições de Ensino Superior. É importante ficar claro que, para a Colação de Grau, o discente deverá estar regularmente em dia com sua documentação na Seção de Registro Escolar, na Secretaria Acadêmica e não possuir nenhum débito com a biblioteca e outros setores do IFSULDEMINAS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Técnico em Orientação Comunitária. Edição 2014. Brasília, 2014. Disponível em [http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et\\_apoio\\_educacional/t\\_orientacao\\_comunitaria.php](http://pronatec.mec.gov.br/cnct/et_apoio_educacional/t_orientacao_comunitaria.php) Acessado em 23/06/2014.

BRASIL. Decreto Nº 5.154, de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Decreto Nº 7.037/2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis números 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) Acessado em 15/05/2014.

BRASIL. Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm) Acessado em 15/05/2014.

BRASIL. Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acessado em 15/05/2014.

BRASIL. Lei Nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-normaatualizada-pl.html>. Acessado em 15/05/2014.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acessado em 5/05/2014.

BRASIL. Parecer Nº 11 de 12 de junho de 2008. Institui o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2008.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 39, de 08 de Dezembro de 2004. Aplicação do Decreto Nº 5.154/20014 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010 do MEC. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=6885&Itemid=8](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid=8) Acessado em 15/05/2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 02, de 02 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 01, de 21 de Janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf> Acessado em 23/06/2014.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base. Brasília, agosto 2007. Brasília, 2007. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf). Acessado em 28/05/2014.

BRASIL. LEI Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112513.htm) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Lei Nº 11.741, de 16 de Julho de 2008 do MEC. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008. Disponibilizada em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm) Acessado em 18/05/2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014113112619550rceb006\\_12-1.pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014113112619550rceb006_12-1.pdf) Acessado em 18/05/2014.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 11/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em [http://sistemas.ifrr.edu.br/pdi/uploads/parecer%20ceb%20011\\_12.pdf](http://sistemas.ifrr.edu.br/pdi/uploads/parecer%20ceb%20011_12.pdf) Acessado em 18/05/2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 04, de 06 de Junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em [http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/resolucao\\_04.pdf](http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/resolucao_04.pdf) Acessado em 18/05/2014.

BRASIL. Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art, 428 da CLT e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm) Acessado em 18/05/2014.

BRASIL. Decreto Nº 5.840, de 13 de Julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 11/2012, aprovado em 9 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17576&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17576&Itemid=866) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm) Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acessado em 24/06/2014.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm) Acessado em 24/06/2014.

IFSULDEMINAS. Plano de Desenvolvimento Institucional. Pouso Alegre, 2009. Disponível em [http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/PDI\\_2009\\_2013.pdf](http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/PDI_2009_2013.pdf). Acessado em 14/05/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução 032, de 05 de agosto de 2011. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos. Pouso Alegre, 2011. Disponível em <http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/resolucoes/2011/resolucao.032.pdf>. Acessado em 15/05/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 028, de 17 de Setembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio. Pouso Alegre, 2013. Disponível em [http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2013/setembro/resolucao\\_atualizada/resolucao.028.cursos\\_integrados.pdf](http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2013/setembro/resolucao_atualizada/resolucao.028.cursos_integrados.pdf) Acessado em 23/06/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 101, de 16 de Dezembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil. Pouso Alegre, 2013. Disponível em <http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2014/07janeiro-resolucoes/resolucao101.pdf> Acessado em 24/06/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 033/2012, de 19 de Julho de 2012. Dispõe sobre a aprovação da regulamentação de ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no âmbito do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012. Disponível em <http://www.ifsuldeminas.edu.br/images/stories/00-2012/setembro/Resolucao/Resolucao.033.ResolucaoNormativa.PRONATEC.pdf> Acessado em 24/06/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 034/2010, de 31 de Março de 2010. Dispõe sobre a aprovação da Minuta do Regimento Interno do Colegiado Acadêmico – CADEM. Pouso Alegre, 2010. Disponível em <http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/prodi/CADEM.pdf> Acessado em 24/06/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 019/2012, de 03 de Maio de 2012. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Câmara de Ensino – CAMEN. Pouso Alegre, 2012. Disponível em <http://www.ifsuldeminas.edu.br/images/stories/00-2013/fevereiro/camen/resolucao019-2012regimentocamaradeensino.pdf> Acessado em 24/06/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 030/2012, de 19 de Julho de 2012. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE, do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012. Disponível em <http://www.ifsuldeminas.edu.br/images/stories/00-2012/setembro/Resolucao/Resolucao.030.Regimento.NAPNE.pdf> Acessado em 24/06/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 035/2010, de 31 de Março de 2010. Dispõe sobre a aprovação da Minuta do Regimento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2010. Disponível em <http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/prodi/CEPE.pdf> Acessado em 24/06/2014.

IFSULDEMINAS. Resolução N° 002/2013, de 17 de Janeiro de 2013. Dispõe sobre a aprovação das alterações do Regimento Interno do Conselho Superior – CONSUP. Pouso Alegre, 2013. Disponível em [http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2013/atualiza\\_cs/resolucao2.pdf](http://www.ifsuldeminas.edu.br/00-arquivos/2013/atualiza_cs/resolucao2.pdf) Acessado em 24/06/2014.